

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE, UNICENTRO

SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, SESA

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, DECON

FERNANDO ANZOLIN MOSS

**EVOLUÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL NOS 10
MAIORES MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ ENTRE 2018 E 2021**

Guarapuava/PR

2023

FERNANDO ANZOLIN MOSS

**EVOLUÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL NOS 10
MAIORES MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ ENTRE 2018 E 2021**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Centro Oeste, UNICENTRO, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel, sob orientação do Prof.: Dr. Ricardo Andrés Cifuentes Silva.

Guarapuava/PR

2023

FERNANDO ANZOLIN MOSS

**EVOLUÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL NOS 10
MAIORES MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ ENTRE 2018 E 2021**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Andrés Cifuentes Silva.

Orientador

Prof. Dr. Márcio Marconato

Avaliador

Me. Raquel Virmond Rauen Dalla Vecchia

Avaliador

Aprovado em: 09/02/2024

Eu dedico esse trabalho de conclusão de curso à minha mãe, Eli Anzolin de Souza.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, por ter me concedido iniciar e finalizar este curso. Ele sempre esteve ao meu lado.

A Nossa Senhora, que me cobriu e me segurou pela mão nos momentos mais difíceis e delicados, sempre me amparando.

À minha mãe, que sempre me acompanhou, incentivou e nunca me deixou desistir, dando-me todo o apoio, em todos os momentos. Obrigado, mãe, por ser incrível e ser um exemplo para mim de luta, batalha, perseverança, e de muita fé.

Aos familiares e amigos, que me incentivaram a concluir o curso.

Ao meu professor orientador, Dr. Ricardo Andrés Cifuentes Silva.

“Eu não disse que seria fácil, mas sim que valeria a pena”. (Dom Bosco

“Eis que estou convosco todos os dias, até o fim dos tempos”. (Mt 28,20)

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a evolução dos gastos públicos na educação fundamental dos 10 maiores municípios do estado do Paraná no período entre 2018 e 2021. Na metodologia, foram coletados dados sobre os gastos públicos na educação fundamental nos municípios selecionados, utilizando fontes como Tesouro Nacional, INEP, Ministério da Fazenda e o Portal da Transparência dos municípios. Ademais, foram analisados os valores investidos em educação durante o período de estudo, bem como a evolução desses gastos ao longo dos anos. Também compararam-se os resultados obtidos dos municípios analisados. Com isto, este trabalho contribuiu para um melhor entendimento da importância dos gastos públicos na educação fundamental.

PALAVRAS CHAVE: Educação, Gasto Público, Investimento.

ABSTRACT

This study aims to analyze the evolution of public spending on fundamental education in the 10 largest municipalities in the state of Paraná in the period between 2018 and 2021. In the methodology, data were collected on public spending on fundamental education in the selected municipalities, using sources such as the National Treasury, INEP, Ministry of Finance and the municipalities' Transparency Portal. Furthermore, the amounts invested in education during the study period were analyzed, as well as the evolution of these expenses over the years. The results obtained from the analyzed municipalities were also compared. With this, this work contributed to a better understanding of the importance of public spending on elementary education.

KEY WORDS: Education, Public Spending, Investment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Evolução das despesas em Guarapuava — 2018 a 2021	28
Figura 2 — Evolução das despesas em Ponta Grossa — 2018 a 2021	29
Figura 3 — Evolução das despesas em Londrina — 2018 a 2021	30
Figura 4 — Evolução das despesas em Maringá — 2018 a 2021	30
Figura 5 — Evolução das despesas em Cascavel — 2018 a 2021	31
Figura 6 — Evolução das despesas em São José dos Pinhais — 2018 a 2021	31
Figura 7 — Evolução das despesas em Colombo — 2018 a 2021	32
Figura 8 — Evolução das despesas em Curitiba — 2018 a 2021	32
Figura 9 — Evolução das despesas em Araucária — 2018 a 2021	33
Figura 10 — Evolução das despesas em Foz do Iguaçu — 2018 a 2021	34
Figura 11 — Participação dos gastos em ensino fundamental no total das despesas de Curitiba	35
Figura 12 — Participação dos gastos em ensino fundamental no total das despesas de Londrina	35
Figura 13 — Participação dos gastos em ensino fundamental no total das despesas de Cascavel	36
Figura 14 — Participação dos gastos em ensino fundamental no total das despesas de São José dos Pinhais	36
Figura 15 — Participação dos gastos em ensino fundamental no total das despesas de Foz do Iguaçu	37
Figura 16 — Participação dos gastos em ensino fundamental no total das despesas de Colombo	37
Figura 17 — Participação dos gastos em ensino fundamental no total das despesas de Guarapuava	38
Figura 18 — Participação dos gastos em ensino fundamental no total das despesas de Araucária	38
Figura 19 — Participação dos gastos em ensino fundamental no total das despesas de Maringá	39
Figura 20 — Participação dos gastos em ensino fundamental no total das despesas de Ponta Grossa	39

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 DIFERENTES PERSPECTIVAS SOBRE OS GASTOS PÚBLICOS	14
2.1 Função do Estado na economia.....	14
2.2 Investimento público em educação	19
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	24
3.1 A caracterização da pesquisa	25
4 RESULTADOS	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
6 REFERÊNCIAS	43
ANEXOS	48
ANEXO 1 – Dados do INEP (2023)	48

1 INTRODUÇÃO

Os gastos públicos são relevantes por desempenhar um importante papel na administração das finanças governamentais, na formulação de políticas fiscais e na abordagem de desafios sociais urgentes. A maneira como os recursos são arrecadados e distribuídos impacta diretamente o funcionamento de serviços essenciais, como saúde, educação, infraestrutura e segurança.

Nos gastos públicos com educação, destacam-se os investimentos em educação fundamental, pois ela desempenha um papel muito importante na promoção das capacidades, conhecimentos e habilidades essenciais ao longo da vida. (CASTRO, 2007). Além disso, a educação fundamental estabelece uma base sólida de conhecimentos em disciplinas como matemática, língua portuguesa, ciências e humanidades. Esses fundamentos são essenciais para um aprendizado contínuo e auxiliam a compreensão do mundo ao redor.

Durante essa fase, as crianças desenvolvem habilidades cruciais, como leitura, escrita, resolução de problemas e pensamento analítico, que são extremamente necessárias para a obtenção do sucesso nas mais diversas esferas da vida. Ela também desempenha um papel indispensável na construção de cidadãos éticos e responsáveis, promovendo valores como respeito, tolerância, colaboração e empatia. (AZEVEDO; ROWELL, 2010).

Também, nessa fase, as crianças têm oportunidades em interagir com colegas de diversas origens e culturas. Desse modo, promove-se a diversidade e fomenta-se a inclusão social desde cedo. Portanto, os alunos são preparados para os desafios diários e auxiliados a adquirir habilidades e tomar decisões diante de várias situações. Uma base sólida construída desde a educação fundamental é de extrema importância para progredir nos estudos, tanto no ensino médio, superior ou em distintas formas de aprendizado técnico e profissionalizante. (THOMAZ; OLIVEIRA, 2009).

Ademais, os indivíduos com maior nível educacional frequentemente têm acesso a melhores oportunidades de emprego, salários mais substanciais e uma maior qualidade de vida. Por isso, uma população educada é indispensável para o avanço sustentável do país e do progresso social. Nesse sentido, a educação fundamental desempenha um papel fundamental na diminuição das desigualdades econômicas e sociais, oferecendo oportunidades equitativas para as crianças,

independentemente de sua origem ou situação socioeconômica. (MENESES-FILHO, 2001). Além disso, é nesse período que se formam os cidadãos, uma vez que eles podem compreender tanto suas responsabilidades quanto seus direitos em uma sociedade democrática. Com isso, há o fortalecimento de uma participação ativa e inclusiva no processo democrático. (COLOMBAROLI, 2023).

Assim, a compreensão da maneira em que políticas e práticas educacionais influenciam o desenvolvimento das habilidades, competências e valores desde a tenra idade é de suma importância para garantir que as gerações futuras estejam adequadamente preparadas para os desafios do mundo contemporâneo. Para as crianças e adolescentes, portanto, a educação exerce um papel crítico no desenvolvimento cognitivo, social e emocional. (FRANCO; ALVES; BONAMINO, 2007).

A educação fundamental também é um terreno muito fértil para questões de equidade e inclusão. A análise do modo como as políticas educacionais afetam distintos grupos sociais, de diferentes origens étnicas, culturais e socioeconômicas é de fundamental importância para fomentar a igualdade de oportunidades e a justiça social. Assim, no âmbito da justiça social, o desenvolvimento sustentável também pode ser promovido, com a consciência ambiental, a cidadania global e as competências necessárias para um futuro mais sustentável, além da busca pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. (SANTOS, 2013).

Os gastos públicos constituem-se um mecanismo pelo qual o Estado atende às necessidades básicas da população. Diante das limitações da arrecadação, é fundamental definir prioridades alinhadas aos principais anseios da sociedade. Nesse sentido, os gastos públicos são realizados por meio de compras governamentais que tem impacto no desenvolvimento econômico.

Conseqüentemente, dependendo do consumo regional, aumentam-se os empregos locais e há possibilidades de elevação dos salários, contribuindo assim para uma maior igualdade social. Além disso, a destinação final dos recursos públicos pode afetar o nível de educação da população e também suas condições de saúde, incluindo aspectos como assistência médica e saneamento básico. Portanto, é de extrema importância estudar e executar políticas de gastos públicos de forma estratégica para beneficiar a comunidade circundante. (VIEIRA; SANTOS, 2012).

Nesse contexto, a opção por abordar a educação fundamental, suas

implicações legais e sua importância como um dos principais programas reconhecidos é motivada pela necessidade de gestão eficaz dos recursos públicos para o desenvolvimento social. A educação fundamental, como parte essencial da formação de cidadãos conscientes, competentes e participativos, ajuda no desenvolvimento da sociedade como um todo.

A relevância perante a sociedade e o impacto da educação fundamental são consensuais, por influenciar a qualidade de vida das pessoas e o progresso da sociedade como um todo. Além disso, as implicações legais relacionadas à educação são cruciais para assegurar que as políticas e práticas educacionais estejam de acordo com os direitos das crianças e adolescentes. (DAVOK, 2007).

Portanto, a pesquisa sobre a educação fundamental não apenas está alinhada com a priorização estratégica dos gastos públicos, mas também contribui para melhorar a qualidade da educação da população, para reduzir a desigualdade social e para promover o desenvolvimento sustentável da sociedade. (SANTOS; ROVER, 2019). Ademais, essa área é amparada legalmente, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) — Lei n.º 9.394/1996 —, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) — Lei n.º 8.069/1990 —, Plano Nacional de Educação (PNE) — Lei n.º 13.005/2014 e Lei do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) — Lei n.º 14.113/2020.

Desse modo, a legislação regula a educação fundamental como uma parte vital que constitui o sistema educacional. A compreensão das questões legais relacionadas à educação é indispensável para garantir que as políticas e práticas educacionais estejam de acordo com os direitos das crianças e adolescentes.

A educação fundamental figura como um dos mais importantes programas sob a responsabilidade governamental em diversos países. São alocados recursos substanciais a essa área, tornando imperativo analisar como esses recursos são distribuídos, implementados e impactam os resultados educacionais. Tal análise pode proporcionar *insights* relevantes sobre a eficiência das políticas educacionais governamentais.

Diante dessa importância da educação fundamental e da relevância dos investimentos nessa área, o problema investigado nesta pesquisa foi: há um padrão de gasto público em educação fundamental nos 10 maiores municípios do estado do Paraná no período de 2018 a 2021?

A partir do problema de pesquisa, foi formulada a hipótese de que existe um padrão no gasto público em educação fundamental nos 10 maiores municípios do estado do Paraná.

Com isso, o objetivo geral deste estudo é analisar a evolução dos gastos públicos na educação fundamental dos 10 maiores municípios do estado do Paraná no período entre 2018 e 2021. Nesse sentido, analisaram-se os gastos públicos em educação de Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, São José, Foz do Iguaçu, Colombo, Guarapuava e Araucária. Elas representam 40,4% da população do estado do Paraná e se destacam pelo crescimento econômico, segundo IPARDES (2023). Para atingir o objetivo geral, os seguintes objetivos específicos foram averiguados: a) Analisar a evolução temporal do gasto público em educação fundamental entre 2018 e 2021; b) Analisar a participação a participação do gasto em educação fundamental no total do gasto público do município nesse período.

2 DIFERENTES PERSPECTIVAS SOBRE OS GASTOS PÚBLICOS

2.1 Função do Estado na economia

Smith (1996), numa visão liberal, acredita que o Estado deve desempenhar um papel limitado na economia, tendo como papel fundamental assegurar a defesa do país, exercer a lei, a ordem e oferta de serviços públicos básicos, como educação e infraestrutura. No entanto, na economia, sua interferência deveria ser a menor possível, dando a liberdade para que os mercados com as suas próprias forças agissem de maneira livre para definir os salários, preços e suas alocações de recursos. Nesse sentido, as funcionalidades governamentais essenciais eram fundamentais para manter a regra social e garantir que houvesse um funcionamento correto de mercado.

Cerqueira (2004) explica que o trabalho de Smith foi importante para delimitação da esfera econômica. Assim, no sentido moral, o economista conciliou a busca pela vantagem individual com o objetivo prático de alcançar o bem de toda humanidade. Nesse sentido, Smith define o significado de mão invisível e a necessidade de limitação do papel do Estado. Num livre mercado, a mão invisível é responsável por regular as forças de oferta e demanda e, assim, coordenar de maneira eficiente a economia. O Estado deve ter apenas um papel restrito, focando sua atuação em algumas funções específicas, sejam elas, justiça, defesa e oferta de bens públicos. A intervenção excessiva poderia ser perigosa e causar ineficiências.

Smith ainda explica como ocorreria a provisão de bens públicos a partir desse ideal. Os chamados bens públicos não seriam fornecidos de maneira satisfatória pelo setor privado, pois possuem uma natureza não-rival e não-excludente. Na não rivalidade, o uso desse bem por uma pessoa não reduz a possibilidade de outras utilizarem. Por outro lado, a não exclusão aponta para dificuldades ou inviabilidade de proibir alguém de utilizar o bem, independentemente da pessoa pagar por ele ou não. Assim, o papel ativo do Estado seria oferecê-los. Dentre esses bens oferecidos, destacam-se segurança nacional e infraestrutura. (CERQUEIRA, 2004).

Smith também reconhece, apesar do seu apoio ao livre mercado, que existe uma necessidade da existência do governo para evitar abusos e garantir a justiça. Desse modo, a regulamentação se faz necessária para a manutenção da equidade e para prevenir desleais práticas comerciais. Portanto, ele defende a limitação do poder do Estado e a necessidade de regulação. (CERQUEIRA, 2004).

Nesse contexto, Estado é essencial para que ocorra a aplicação da justiça e da lei. Dessa forma, a manutenção da ordem ocorre, por exemplo, a partir da proteção dos direitos de propriedade, prevenção das fraudes e a aplicação de contratos. (CERQUEIRA, 2004).

Ademais, o economista ainda definiu como deveria ocorrer o financiamento do Estado. Smith defendia que os impostos deveriam ser proporcionais à renda e direcionados às funções sociais. Assim, evitaria a imposição de cargas excessivas e exorbitantes sobre os contribuintes, buscando o equilíbrio entre as necessidades de receitas e a equidade fiscal. Suas opiniões acerca da intervenção estatal e suas análises referentes ao sistema econômico da época sofreram grandes influências das condições do mercantilismo e dos Estados absolutos. Ele se opunha à maior intervenção do Estado, porque rejeitava mercantilismo, as restrições comerciais, os monopólios comerciais, as restrições de liberdade econômica e a taxaço desigual e ineficiente. (CERQUEIRA, 2004).

Smith não concordava com as bases do mercantilismo, que associavam a riqueza das nações às quantidades de metais preciosos que o Estado possuía. Ele criticava as políticas restritivas e excessivas regulamentações estatais, que prejudicavam o crescimento econômico. Ademais, as frequentes intervenções, nas monarquias absolutistas, resultavam em grandes monopólios comerciais, que prejudicavam a eficiência econômica. Para Smith, a competição era uma impulsionadora do progresso. (CERQUEIRA, 2004).

Ele também acreditava que, no livre mercado, os indivíduos contribuiriam para o bem-estar geral sem a necessidade de excessiva intervenção estatal. Portanto, Smith era contra as restrições à Liberdade Econômica. Além disso, era crítico à taxaço ineficiente e desigual. Para ele, o sistema tributário da época era ineficiente. (CERQUEIRA, 2004).

Nessa mesma perspectiva, Ricardo (1982) enfatizava a necessidade da liberdade econômica, defendendo o livre comércio e a não interferência intensa do governo nos assuntos econômicos com a auto-regulação do mercado (conhecida

como mão-invisível). Para o economista, a própria população em procura de seus próprios interesses acabaria promovendo o bem-estar geral da comunidade. Além disso, ele tinha suas críticas ao mercantilismo e protecionismo assim como Smith. Ricardo explica que, além do valor do produto em si defendido por Smith, na teoria do valor do trabalho, o valor de uma mercadoria é também determinado pela quantidade de trabalho necessária para sua produção, considerando aspectos como o tempo dedicado à fabricação e o esforço físico e mental envolvidos. Essa percepção induziu sua visão sobre tributação e o papel desempenhado pelo governo na economia, a partir da segurança, justiça e proteção da propriedade, além da interferência mínima do Estado.

Além disso, defendia de maneira mais firme o livre comércio, no qual acreditava que as nações iriam se beneficiar, mesmo as que possuíam vantagem comparativa na maioria dos seus setores. Ele tinha uma inclinação a defender a idéia de *laissez-faire*, argumentando assim que o governo possui um papel bem limitado na economia.

As ideias de Ricardo referente à economia do setor público apontam a importância dos órgãos governamentais de se especializarem para prestarem um serviço mais eficiente. Isso evidencia reconhecer a importância de buscar soluções externas ou aprimorar a gestão dos recursos públicos, moldando os princípios de eficiência às particularidades no setor governamental.

O economista criticava a intensa tributação que favorecia a redução da capacidade de poupança e investimento da população. No entanto, ele reconhecia a necessidade do governo de arrecadar receitas através de impostos para custear funções essenciais. Ademais, ele era desfavorável às políticas protecionistas que beneficiassem a indústria doméstica em detrimento das importações estrangeiras. Para ele, o livre comércio alocaria melhor os recursos e, por consequência, haveria um aumento da riqueza geral.

Em contrapartida, John Stuart Mill, filósofo e economista britânico do século XIX, embora defendesse o liberalismo, foi um grande crítico das limitações do pensamento econômico de Smith. (MOUNTIAN, 2018). Mill compartilhava de vários princípios do liberalismo econômico clássico, em que defendia a liberdade dos indivíduos, o direito à propriedade privada e a minimização da intervenção do Estado na economia.

Mill reconhecia um papel ativo para o Estado na promoção para com uma educação e saúde pública, apontando para uma visão mais equilibrada entre a

liberdade econômica e a intervenção governamental, para segurar o bem-estar-social. (MOUNTIAN, 2018).

Segundo Stuart, a intervenção estatal deveria garantir o acesso de condições básicas para todos. Além disso, ele exerceu uma grande contribuição ao expressar suas preocupações referentes aos efeitos prejudiciais de mercados extremamente concentrados ou de oligopólios. Assim, percebeu que a competição perfeita, defendida por Smith, nem sempre poderia ser refletida na realidade. Por isso, alertou sobre os riscos de uma concentração excessiva do poder econômico, o que poderia resultar em abusos. (MOUNTIAN, 2018).

A defesa de Mill quanto à intervenção estatal limitada reflete sua percepção sobre o equilíbrio necessário entre a ação governamental e a liberdade econômica. Ele reconhece a importância de intervenções pontuais para corrigir falhas de mercado, mantendo uma abordagem flexível. Essa postura se alinha ao papel central que esse economista desempenhou na evolução crítica do pensamento liberal clássico. (ROSSIGNOLI, ALMEIDA, 2018).

Entre as ideias de Keynes sobre as políticas de bem-estar pós-guerra que foram fundamentais para a obtenção de uma reconstrução econômica e social de grande importância, destaca-se a intervenção estatal ativa. Essa abordagem visa combater o desemprego e estimular o crescimento econômico através de recomendações de políticas, como gastos públicos, destinadas a impulsionar a demanda agregada. A ênfase no pleno emprego ressalta a relevância desse objetivo essencial no âmbito macroeconômico para proporcionar o bem-estar social. Entretanto, mesmo Keynes tendo grande influência no pensamento econômico, mais tarde Mill influenciou de forma indireta para com o chamado de bem estar social.

A perspectiva keynesiana, no pós-guerra, foi fundamental para as políticas de bem-estar social, as quais enfatizava a importância de uma intervenção do Estado na economia. Isso incluiu um aumento dos gastos públicos para se estimular e demanda, uma visão ativa do governo para a regulação e uma busca pelo pleno emprego.

Com os desafios econômicos nas décadas de 1970 e 1980, como a crise, a globalização e a rigidez econômica, ocorreu a transição em muitos países para o neoliberalismo. Dessa forma, numa tentativa de lidar com essas crises, alguns governos passaram a adotar políticas neoliberais, reduzindo então a intervenção do estado em favor de abordagens mais orientadas pelo mercado. Muitos países europeus, por exemplo, passaram por reformas, visando a eficiência econômica por

meio de cortes em programas sociais e privatizações. (ROSSIGNOLI, ALMEIDA, 2018).

No entanto, houve controvérsias sobre essas mudanças. A transição para o neoliberalismo gerou debates sobre as consequências para a igualdade social e a segurança econômica. Em discordância à visão de Smith, Keynes defendia que por si só a economia de mercado não teria como alcançar o pleno desenvolvimento em longos períodos. Ele advogava pela intervenção ativa do governo na economia para corrigir os desequilíbrios e instabilidades inerentes ao sistema capitalista. Desse modo, ao mesmo tempo em que Smith destacava a capacidade do mercado em se manter por si só, Keynes salientava o valor do papel regulador do Estado, com o intuito de assegurar a estabilidade e a prosperidade econômica da sociedade.

Keynes (1936) também considerava muito importante a política fiscal como um meio de equilibrar a economia. Nas épocas de recessão ou pequena demanda agregada, ele sugeria que se elevassem os gastos públicos e/ou diminuíssem os impostos para incentivar a demanda além de estimular a atividade econômica. Defendia também que o Estado propusesse investimentos em infraestrutura e iniciativas para a criação de emprego, garantindo o crescimento da economia. Ele admitia ainda a relevância do controle monetário praticado pela autoridade ou pelo governo para equilibrar a economia e precaver flutuações extremas nas atividades econômicas.

Ao compartilhar dos mesmos princípios de Keynes, Stiglitz defendia que o governo tem que intervir na economia para oferecer os bens necessários (ou bens públicos) quando o mercado falha. Stiglitz julgava que o governo realiza um papel muito importante na promoção do bem-estar social, na correção de desigualdades e na estabilidade macroeconômica. Nesse sentido, foi um crítico das desigualdades econômicas e defendeu políticas para reduzir os sistemas tributários e aumentar os investimentos em capital humano. (STIGLITZ, 2013).

Diferentemente de Keynes e Stiglitz, Friedman (1984) era favorável ao liberalismo econômico e à diminuição da intervenção governamental na economia. Ele apoiava, portanto, a descentralização e um mercado livre, considerando que o setor privado era mais eficaz na alocação de recursos econômicos. Para ele, um mercado competitivo deixaria que indivíduos e empresas tivessem decisões econômicas sem excessiva interferência governamental.

Ele também criticava o aumento excessivo dos gastos governamentais,

alegando que um governo grande e inchado levaria a elevados impostos, burocracias e ineficiências. Além disso, defendia a liberdade de escolha do consumidor na saúde e educação, apoiando o conceito de *vouchers*, que eram tíquetes pelos quais escolhiam receber os seus benefícios. Sua abordagem era, portanto, baseada no mercado e na dedução de que isso estimularia a competição e a melhora da qualidade dos serviços. Friedman (1984), possuía uma conduta cética em relação à intervenção estatal na economia, como o controle de preços, subsídios e regulamentações excessivas. Seu argumento era de que essas políticas constantemente propiciavam distorções e ineficiências econômicas.

Em sentido contrário, no Brasil, Bresser-Pereira (2010), defende a intervenção estratégica do governo para impulsionar o desenvolvimento econômico e social de um país. Ele acredita que o Estado desempenha um papel fundamental ao fornecer serviços e bens públicos essenciais, como saúde, educação e infraestrutura, que são essenciais para o bem-estar da sociedade. Além disso, o economista enfatiza a importância da gestão pública eficiente. Para ele, é essencial modernizar e profissionalizar a administração pública para garantir o uso efetivo e transparente dos recursos do Estado. Em sua perspectiva, o Estado não deve ser apenas um espectador na economia, mas sim um agente ativo que orienta e regula o seu funcionamento, assegurando a estabilidade e o equilíbrio econômico.

2.2 Investimento público em educação

O setor público tende desempenhar um papel primordial no desenvolvimento municipal, aprimorando as condições socioeconômicas e garantindo infraestrutura e qualidade de vida. Nesse sentido, a estruturação urbana e regional é dever do setor público, que define as áreas urbanas e regionais por meio do desenvolvimento de planos diretores, zoneamento e regulamentos. Essas medidas possuem a intenção de direcionar o desenvolvimento das cidades e municípios de forma sustentável e organizada. (PENKO, 2010).

Além disso, o dever do governo local, seja ele em nível municipal ou estadual, é assegurar a infraestrutura básica e os serviços públicos, como os sistemas de esgoto, água, transporte público, energia elétrica, estradas e comunicações. Desse

modo, a partir desses investimentos, fomenta-se o desenvolvimento econômico e melhora-se a qualidade de vida dos moradores locais. (FARAH, 1997).

Para tanto, é necessário criar políticas e programas para captar investimentos, apoiar o empreendedorismo regional e estimular o crescimento da economia local. (ORAIR, 2016). Nesse contexto, o investimento na educação fundamental é de grande importância, principalmente em longo prazo, pois se desenvolve um capital humano. Assim, pode-se incentivar o desenvolvimento econômico, elevar a competitividade global, promover o progresso e melhorar as condições sociais. Nesta percepção, o setor público tem a chance de assumir políticas que aperfeiçoem sua qualidade, oferecendo oportunidades de treinamento profissional e incentivo à educação contínua. (GATTI, 2008).

O setor público pode conduzir iniciativas com o objetivo de assegurar o progresso local e municipal de maneira sustentável, considerando os impactos ambientais, sociais e econômicos de longo prazo. Além disso, ele possui a responsabilidade de assumir políticas e programas de inclusão social, pretendendo combater a pobreza, proporcionar a igualdade de oportunidades e aperfeiçoar a inserção de grupos marginalizados, como minorias étnicas, pessoas com deficiência e outros grupos vulneráveis.

Para esse propósito, o Estado conta com recursos financeiros adquiridos por meio da arrecadação de tributos e outras receitas públicas. No Brasil, os gastos públicos são divididos em três esferas de governo: federal, estadual e municipal. Cada uma dessas esferas tem suas próprias competências e responsabilidades na provisão de bens e serviços públicos. Como exemplo, a educação básica é uma atribuição dos estados e municípios, enquanto a saúde é uma responsabilidade compartilhada entre as três esferas. (CASTRO, 2007).

As bases tributárias de cada esfera de governo também são diferentes. A competência tributária federal é mais ampla e abrange impostos como o Imposto de Renda e o IPI, enquanto estados e municípios têm competência tributária mais limitada, com impostos como o ICMS e o IPTU. Os gastos públicos nas três esferas de governo têm comportamentos diferentes. Os gastos com pessoal e encargos sociais são mais elevados na esfera estadual, enquanto os gastos com investimentos são mais elevados na esfera municipal, demonstrando que na esfera federal há maior relevância quando ocorre modificações de renda. (BARROSO, 2013).

É fundamental reconhecer que o ciclo orçamentário desempenha um dos

papeis mais importantes na gestão pública, garantindo que os recursos sejam alocados de forma planejada e transparente em todas as esferas de governo, começando com o Plano Plurianual (PPA), que estabelece as metas de médio prazo, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que define as prioridades anuais, e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que detalha a aplicação dos recursos. A execução orçamentária, por sua vez, coloca esses planos em prática, assegurando que os gastos públicos sigam as diretrizes estabelecidas. Respeitando, portanto, esse processo espera-se garantir a transparência e a eficiência na utilização dos recursos públicos em benefício da sociedade. (MELO; ANTONOVIC, 2015).

Nesse contexto, a importância dos gastos na educação se destaca em longo prazo, pois assim pode-se melhorar a mão de obra, além de reduzir desigualdades e promover uma maior igualdade de oportunidades. Essa visão encontra respaldo no pensamento econômico de Adam Smith, que defendia a educação pública como um meio de fortalecer a economia e a sociedade de maneira geral.

A gestão responsável dos gastos públicos em educação é uma peça-chave na economia. À medida que os países reconhecem a importância da educação para o desenvolvimento da economia, investimentos adequados e alocações eficientes de recursos são essenciais. (MELLO, 1991). Dentre os países com sistemas educacionais sólidos, destacam-se China, Cingapura, Estônia, Canadá, Finlândia, Irlanda, Coreia do Sul, Polônia, Suécia. (OECD, 2020).

Além disso, o desempenho excepcional em testes padronizados nesses países frequentemente resulta de políticas de longo prazo e estratégias de educação consistentes. Eles têm um compromisso contínuo com a melhoria da educação e uma visão de longo prazo para o desenvolvimento do capital humano. Outro aspecto relevante é a capacidade de adaptação desses países às mudanças econômicas globais. Um sistema educacional sólido não apenas prepara os indivíduos para as demandas atuais, mas também os capacita diante de novas tecnologias e mudanças no mercado de trabalho, promovendo a inovação e a competitividade econômica. (OECD, 2020).

Portanto, a gestão eficiente dos gastos públicos em educação auxilia na construção de sistemas educacionais que possam apoiar o desenvolvimento econômico sustentável. Isso envolve não apenas investir recursos substanciais, mas também garantir que esses recursos sejam direcionados de maneira estratégica, priorizando a qualidade da educação e a equidade no acesso. Essa abordagem,

quando bem-sucedida, contribui para a formação de uma população melhor qualificada e preparada para enfrentar os desafios econômicos e sociais do futuro. (SOUZA et al., 2012).

Essa população será capaz de tomar decisões e participar ativamente na sociedade. No entanto, o impacto da educação pode levar tempo para se materializar completamente, à medida que os indivíduos educados entram no mercado de trabalho e contribuem para a economia. Em longo prazo, poderá haver uma boa governança, uma redução da corrupção e uma promoção do desenvolvimento humano. Contudo, é importante observar que a relação entre educação e desenvolvimento econômico não é linear. Nesse contexto, outros fatores também tem seu impacto, como políticas econômicas, acesso a recursos naturais, estabilidade política e estruturas institucionais. (MELLO; BERTAGNA, 2016).

Nesse sentido, é de suma importância destacar que as altas taxas de matrícula na escola não garantem automaticamente um desenvolvimento econômico sólido; a qualidade do ensino e a relevância do currículo também são fundamentais. Portanto, os países que desejam usar a educação como um motor de crescimento econômico devem se concentrar em melhorar tanto o acesso quanto a qualidade da educação, além de considerar estratégias para reduzir desigualdades educacionais.

No contexto brasileiro, programas como o FUNDEB, representam a aplicação desses princípios, em que a equidade na distribuição de recursos para a educação é uma preocupação central. Esses programas garantem recursos adequados para a educação básica além de promover a igualdade de oportunidades em um país com desigualdades regionais significativas. Assim, o gasto público em educação, por meio dessas iniciativas e de outras políticas bem elaboradas, auxiliam no desenvolvimento de sociedade mais igualitária, produtiva e pronta para enfrentar os desafios do futuro. Desse modo, a combinação de investimentos adequados e uma gestão eficiente do gasto público em educação leva ao fortalecimento das bases do desenvolvimento econômico e social no Brasil. (HIRATA; MELO; OLIVEIRA, 2022).

Nessa linha, outra iniciativa importante é o Programa de Educação Inclusiva que visa garantir que todos os alunos, independentemente das suas necessidades especiais, tenham acesso à educação de qualidade. Ele se concentra em promover a inclusão de estudantes com deficiência nas escolas regulares, oferecendo suporte especializado, recursos e adaptações necessárias para atender às suas necessidades educacionais. (MARINS; MATSURA, 2009).

A inclusão educacional beneficia os alunos com deficiência, proporcionando-lhes igualdade de oportunidades e um ambiente educacional enriquecedor. Além disso, enriquece suas experiências de aprendizados, promovendo a compreensão, a empatia e a diversidade. Portanto, a combinação de financiamento, como o FUNDEB, e programas de inclusão educacional, como o Programa de Educação Inclusiva, desempenha um papel vital no fortalecimento do sistema educacional brasileiro e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. (FRANÇA, 2015).

Há também outros programas que desempenham papéis essenciais no contexto da educação no Brasil. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) assegura que os alunos tenham acesso a refeições adequadas, contribuindo para o bem-estar e o desempenho acadêmico de cada um deles. Além disso, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) fornece materiais educacionais essenciais. (COUTO; RODRIGUES, 2022).

Adicionalmente, o Programa de Transporte Escolar (PTE) e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) garantem que os estudantes cheguem com segurança à escola. Por outro lado, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) permite que as escolas realizem investimentos em infraestrutura e equipamentos, enquanto o Programa de Incentivo à Inovação na Educação Básica (PROINOVA) promove a modernização e a melhoria do ensino. (COUTO; RODRIGUES, 2022).

Finalmente, o Programa Bolsa Família na Educação e o Programa Nacional de Avaliação da Educação Básica (Prova Brasil) também desempenham funções cruciais. O primeiro apoia financeiramente as famílias em situação de vulnerabilidade, enquanto o segundo avalia o desempenho dos alunos e das escolas, direcionando assim políticas educacionais eficazes. (SAMPAIO, 2017).

Esses programas em conjunto refletem o compromisso do Brasil em proporcionar uma educação inclusiva, equitativa e com qualidade para todos os indivíduos. Os gastos públicos a partir deles são bem direcionados. (COUTO; RODRIGUES, 2022).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Um procedimento metodológico representa a abordagem estruturada e organizada utilizada para conduzir uma pesquisa científica. A partir dele se define a forma como a pesquisa será conduzida, desde a coleta de dados até sua análise e interpretação, culminando na apresentação das descobertas e na formulação de uma conclusão substancial para o estudo. A metodologia, portanto, é fundamental para que se tenha um trabalho ético de maneira válida cientificamente. (MARCONI; LAKATOS, 2003).

No presente estudo, a abrangência geográfica são os 10 maiores municípios do estado. Dentre eles, Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, São José, Foz do Iguaçu, Colombo, Guarapuava e Araucária. Desse modo, utilizaram-se dados do período de 2018 a 2021.

A pesquisa se iniciou com uma revisão bibliográfica sólida sobre o papel do gasto público na economia. Em seguida, foram empregadas análises estatísticas descritivas para examinar os dados de gastos públicos dos municípios selecionados, permitindo uma compreensão das alocações financeiras e das prioridades estabelecidas pelos gestores.

Nesse sentido, foram analisados os dados referentes às despesas empenhadas, liquidadas e pagas. Segundo Pimentel (2015), os fundos públicos dos municípios abrangem essas despesas. As despesas empenhadas são os compromissos financeiros que o governo assumiu, ou seja, o governo reservou dinheiro para se pagar os gastos de serviços, bens ou consumo. As despesas liquidadas é quando as despesas foram devidamente examinadas e aprovadas, sinalizando a realização do serviço, obra ou bem. Por outro lado, as despesas pagas é quando o governo paga o valor da despesa que estava empenhada. Ela é reconhecida como despesa válida. (MACHADO; HOLANDA, 2010).

Há também as despesas intraorçamentárias, ou seja, os gastos que o governo possui. Eles englobam o que está de fora de uma estrutura interna de orçamento. Assim, incluem-se movimentações financeiras, como pagamentos para fornecedores externo e repasses para entes federativos. (AGUIAR; SOUZA, 2015).

Com base na previsão orçamentária, alocando recursos de acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA), segue-se a licitação, um procedimento formal utilizado

pela administração pública para a aquisição de bens e serviços. Posteriormente, ocorre o processo de empenho, que representa a fase inicial do processo orçamentário, designando recursos para fins específicos e estabelecendo uma obrigação legal. Em seguida, ocorre a liquidação, responsável por verificar a conformidade.

A última etapa é o pagamento, durante a qual os recursos são transferidos para quitar as despesas anteriormente empenhadas e liquidadas. Assim, esse processo visa assegurar controle, transparência e responsabilidade na execução dos gastos, promovendo o uso eficiente dos recursos em conformidade com o planejamento orçamentário e prevenindo desvios. (PIMENTEL, 2015).

3.1 A caracterização da pesquisa

Para a realização deste estudo, utilizaram-se as bases de dados de contas públicas do Ministério da Fazenda, os relatórios do Tribunal de Contas do Estado e o do Portal de Transparencia dos municípios, além dos dados disponíveis no Censo Escolar realizado pelo Inep. Para esse estudo utilizamos os dados da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (2023), do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (2023) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP (2023).

Os dados obtidos no Tesouro Nacional (2023), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP (2023) e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (2023), foram analisados comparativamente entre os municípios, o que possibilitou a identificação de padrões e diferenças nas práticas orçamentárias adotadas. Essa abordagem comparativa foi realizada a fim de compreender como diferentes contextos municipais impactam as decisões orçamentárias e os resultados alcançados na área educacional.

Nesse sentido, a coleta das despesas orçamentárias entre 2018 e 2021 foi o ponto de partida da pesquisa. Para tanto, foram fornecidas informações essenciais sobre os programas educacionais planejados pelos municípios. Assim, foi possível uma compreensão inicial das prioridades e estratégias adotadas por cada localidade no campo da educação.

Adicionalmente, foi realizada a deflação dos dados obtidos da execução orçamentária dos anos entre 2018 e 2021. Para tanto, verificou-se a evolução das despesas em educação fundamental de cada cidade no período proposto e a participação dos gastos em ensino fundamental no total das despesas de cada município.

Desse modo, para obter o percentual de participação dos gastos em ensino fundamental no total das despesas de cada município analisado, utilizaram-se os dados das despesas empenhadas, liquidadas, pagas de cada ano, além das despesas exceto intraorçamentárias foram obtidos. Assim, dividiram-se os dados obtidos nas despesas em educação de cada cidade por essas despesas exceto intraorçamentária. O resultado foi multiplicado por 100.

Além do mais, através da coleta de dados sobre a execução orçamentária dos anos mencionados verificaram-se como os recursos públicos foram aplicados na prática.

O cruzamento de dados entre a evolução das despesas de cada cidade e a participação dos gastos em ensino fundamental no total das despesas, permitiu uma análise comparativa entre os objetivos estabelecidos e os resultados alcançados. Com isso, foram identificados possíveis casos de eficiência e ineficiência no gasto público em educação fundamental. Também, compreendeu-se como as estratégias de orçamento se traduzem em resultados reais nessa área. Ademais, essas informações serviram como base para possíveis conclusões e recomendações da pesquisa, contribuindo para uma compreensão mais profunda das práticas orçamentárias e da eficácia do gasto público em educação nos municípios selecionados.

Adicionalmente, foi realizada a deflação dos dados obtidos da execução orçamentária dos anos entre 2018 e 2021 para o valor real do ano decorrente de 2022. Para tanto, foi calculado junto ao número índice de referência obtido de uma tabela do IPCA.

Por exemplo, para atualizar o valor de referência de 2018 para 2022, foi empregado o índice da referência avaliada, dividindo-o pelo índice do valor nominal. Esse cálculo resultou no fator de deflação, que posteriormente foi utilizado para ajustar o valor nominal de dezembro de 2018, obtendo assim o valor real de compra em 2022.

Dessa forma, foi necessário criar uma planilha de índices calculados a partir da divisão do índice de dezembro de 2022 pelo índice de dezembro de 2018 resultando

na taxa de deflação. Com esse valor de taxa de deflação, multiplicou-se cada célula correspondente ao ano de 2018 e, em seguida, o processo se repetiu para os anos subsequentes.

Além disso, calculou-se a taxa de deflação ao dividir o índice de 2018 pelo índice de 2019 e, mais uma vez, utilizou-se dessa taxa para ajustar os dados de cada ano compreendido no período estudado.

Para o cálculo das porcentagens populacionais do Estado do Paraná, foram utilizados dados do IPARDES (2023). Desse modo, considerou-se que os 10 maiores municípios do estado do Paraná em âmbito populacional representam 40,4% da população de todo o estado.

Para chegar a esses dados foram selecionados todos os municípios do estado do Paraná e somado, após foi somado a população dos 10 maiores municípios e feito a sua divisão pela quantia total dos habitantes de todos os municípios, e após multiplicado por 100 para se chegar em média de 40,4% da população de todo o Estado do Paraná.

Além disso, foram utilizados os dados do censo escolar, (INEP, 2023), de 2018 a 2021. Assim, utilizaram-se as informações sobre o número de matrículas, docentes, funcionários do ano de 2018 que havia disponível no momento da pesquisa e escolas para entender melhor o padrão dos gastos em cada município.

4 RESULTADOS

Os gastos em educação¹ fundamental dos municípios analisados ao longo do período de 2018 a 2021 foram apresentados nas figuras de 1 a 10². Em Guarapuava, houve redução dessas despesas em educação entre 2018 e 2019 (Figura 1), mas nos dois anos posteriores a esse período ocorreu uma oscilação.

A oscilação dessas despesas em Guarapuava pode ser explicada devido a pandemia de Covid-19 no período de 2020-2021. Além disso, para se compreender melhor esses gastos foram apresentados o número de matrículas e docentes contratados no município. Em 2018, o número foi de 11914 matrículas, 626 docentes, 44 escolas e 1398 funcionários. Em 2019, essa número reduziu para 10434 matrículas, 598 docentes, 44 escolas. Em 2020, aumentou para 10637 matrículas, 592 docentes, 44 escolas e , em 2021, aumentou para 10724 matrículas, 609 docentes em 44 escolas. (INEP, 2023).

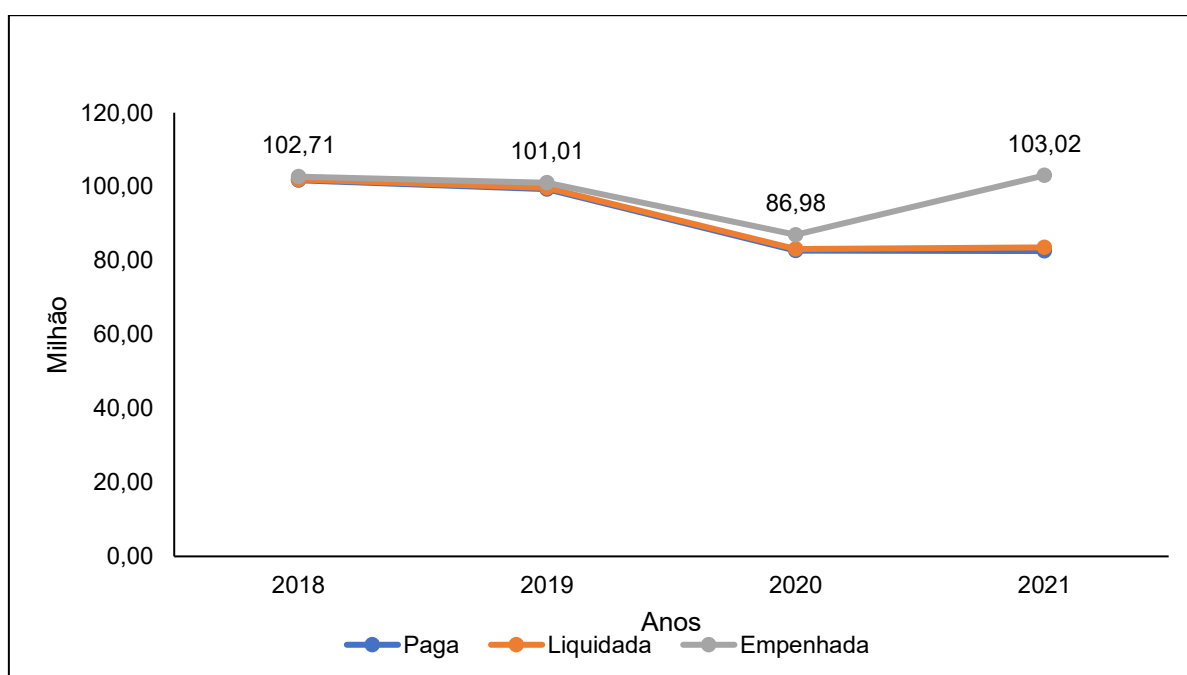


Figura 1: Evolução das despesas em Guarapuava — 2018 a 2021

Fonte: Tesouro Nacional (2024)

¹ Os dados sobre n.º de matrículas, n.º de docentes, n.º de funcionários e escolas encontram-se no Anexo 1.

² Os gastos públicos apresentados referem-se somente aos gastos de educação fundamental. Não inclui, portanto, os gastos com educação de jovens e adultos nem de educação infantil.

Na cidade de Ponta Grossa (Figura 2), durante o mesmo período, houve também oscilação das despesas. Isso se explica pelo fato de que, no ano de 2018, havia 20.443 estudantes, 1.151 professores, 84 escolas e 2.196 funcionários. Em 2019, os números aumentaram para 20.596, 1.192 professores e permaneceu com 84 escolas. Já em 2020, os dados indicam 20.421 estudantes, 1.229 professores e 85 escolas. No ano de 2021, houve um aumento para 20.975 estudantes, 1.178 professores e 86 escolas. (INEP, 2023).

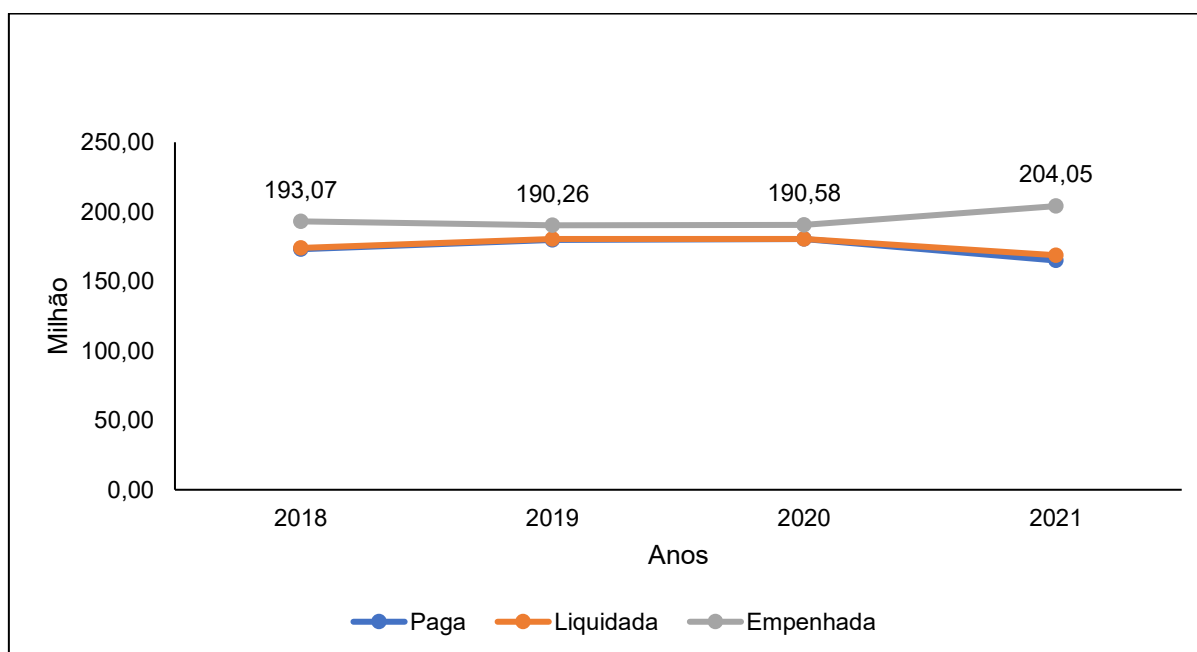


Figura 2: Evolução das despesas em Ponta Grossa — 2018 a 2021

Fonte: Tesouro Nacional (2024)

Entre 2018 e 2019, houve um aumento nas despesas nas cidades de Londrina, Cascavel, Maringá, São José dos Pinhais e Colombo (Figuras 3, 4, 5, 6 e 7). No entanto, em 2020, essas despesas diminuíram. Em 2021, houve um novo aumento nos gastos com despesas voltadas para a educação. A variação nessas despesas pode ser explicada pela análise do número de matrículas e docentes contratados em cada município. (INEP, 2023).

Em Londrina (Figura 3), no ano de 2018, foram registradas 26.869 matrículas, 1.858 docentes e 87 escolas, além de 3.540 funcionários. No ano seguinte, em 2019, as matrículas aumentaram para 27.125, com 1.886 docentes e permanecendo com 87 escolas. Em 2020, o número de matrículas atingiu 27.370, acompanhado por 2.101 docentes e 87 escolas. Já em 2021, uma média de 28.496 matrículas foi registrada, junto a 2.022 docentes e a manutenção de 87 escolas. (INEP, 2023).

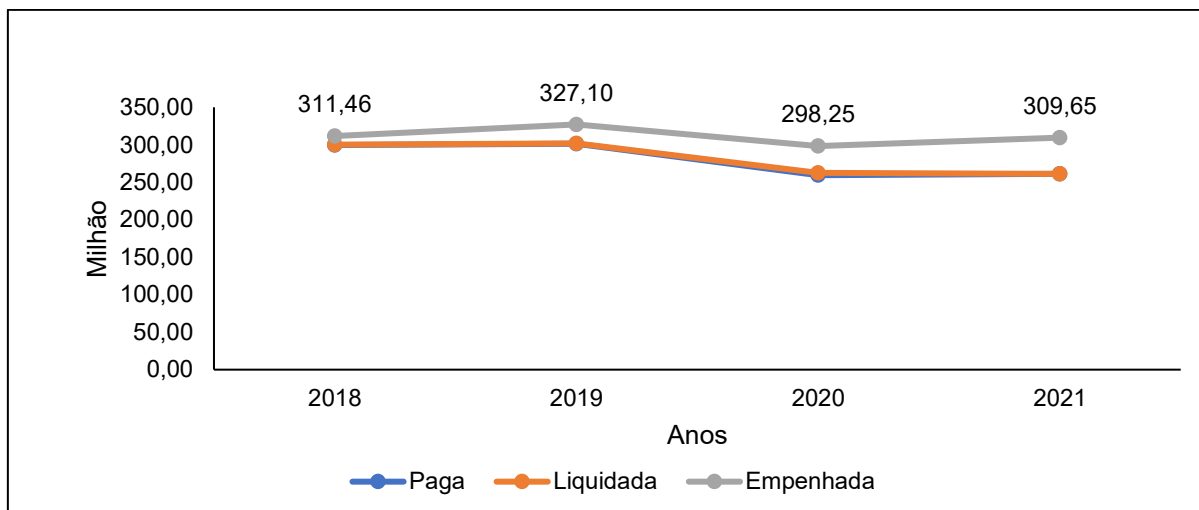


Figura 3: Evolução das despesas em Londrina — 2018 a 2021

Fonte: Tesouro Nacional (2024)

Em Maringá (Figura 4), no ano de 2018, foram registradas 16.452 matrículas, com a presença de 1.309 docentes em 51 escolas, e um total de 2.915 funcionários. No ano seguinte, em 2019, as matrículas totalizaram 16.347, com 992 docentes e a manutenção de 51 escolas. Em 2020, o número de matrículas atingiu 15.799, acompanhado por 1.136 docentes e a adição de uma escola, totalizando 52. Já em 2021, foram registradas 16.253 matrículas, com 1.176 docentes e a permanência de 52 escolas. (INEP, 2023).

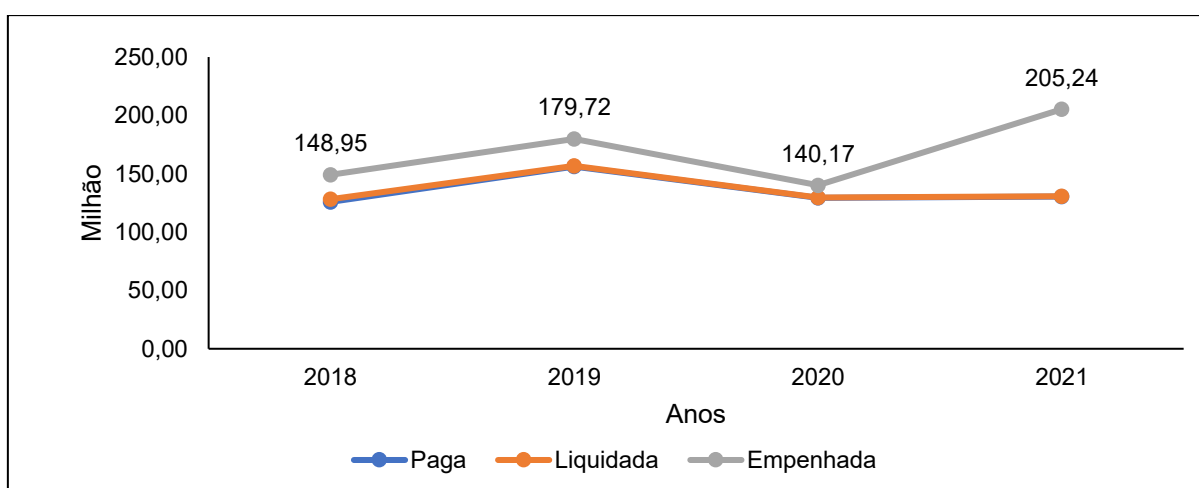


Figura 4: Evolução das despesas em Maringá — 2018 a 2021

Fonte: Tesouro Nacional (2024)

Cascavel (Figura 5), em 2018, teve 18.727 matrículas, com a presença de 936 docentes distribuídos em 60 escolas, e um total de 2.475 funcionários. No ano seguinte, em 2019, as matrículas aumentaram para 18.992, com 968 docentes e a manutenção de 60 escolas. Em 2020, o número de matrículas atingiu 19.282,

acompanhado por 1.109 docentes e permanecendo com 60 escolas. Já em 2021, houve 18.761 matrículas, com 1.111 docentes e um acréscimo para 62 escolas. (INEP, 2023).

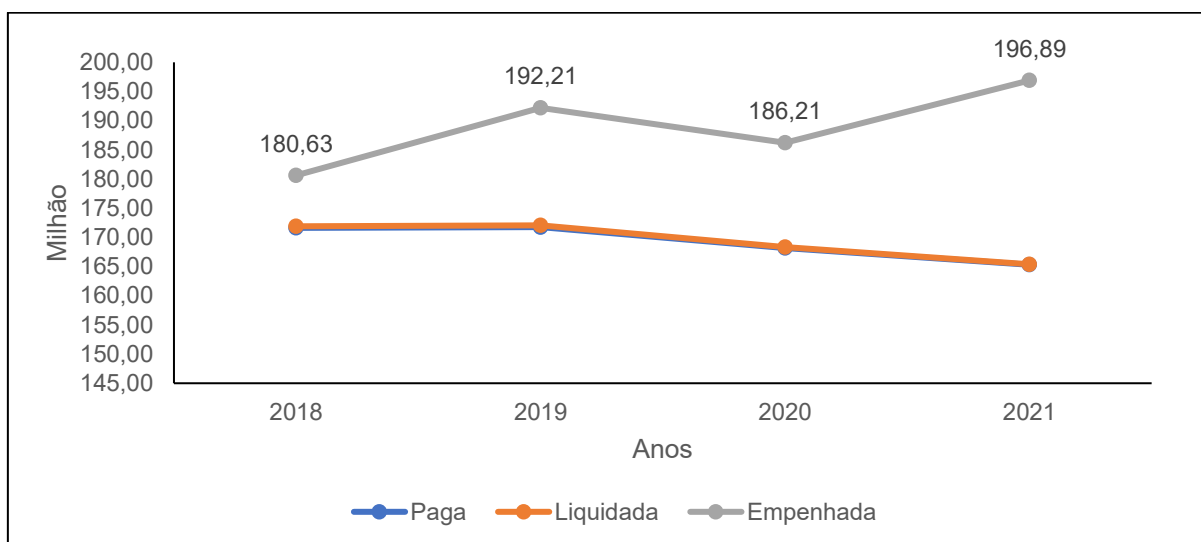


Figura 5: Evolução das despesas em Cascavel — 2018 a 2021

Fonte: Tesouro Nacional (2024)

São José dos Pinhais (Figura 6), em 2018, registrou 21.522 matrículas, com a presença de 1.096 docentes distribuídos em 59 escolas, e um total de 2.116 funcionários. No ano seguinte, em 2019, as matrículas totalizaram 21.124, com 1.059 docentes e a manutenção de 59 escolas. Em 2020, o número de matrículas atingiu 21.565, acompanhado por 1.069 docentes e permanecendo com 59 escolas. Já em 2021, foram registradas 20.906 matrículas, com 1.086 docentes e a permanência de 59 escolas. (INEP, 2023).

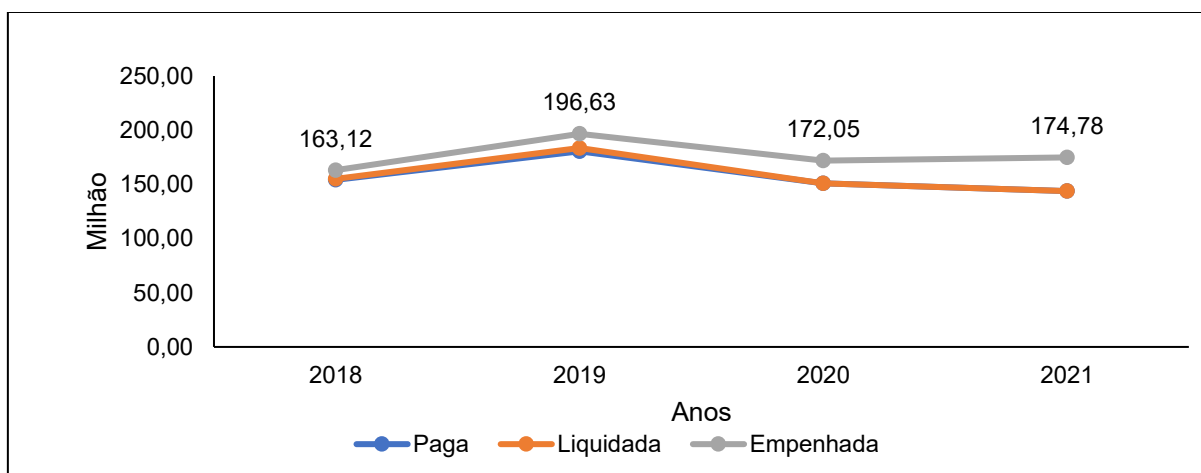


Figura 6: Evolução das despesas em São José dos Pinhais — 2018 a 2021

Fonte: Tesouro Nacional (2024)

Colombo (Figura 7), por sua vez, em 2018, registrou 16.007 matrículas, com a presença de 844 docentes em 42 escolas, e um total de 1.424 funcionários. Em 2019, o número de matrículas foi de 15.929, contando com 859 docentes e a adição de uma escola, totalizando 43. No ano de 2020, as matrículas atingiram 16.050, acompanhadas por 890 docentes e a manutenção de 43 escolas. Em 2021, observou-se um aumento para 16.202 matrículas, com 869 docentes e a permanência de 43 escolas. (INEP, 2023).

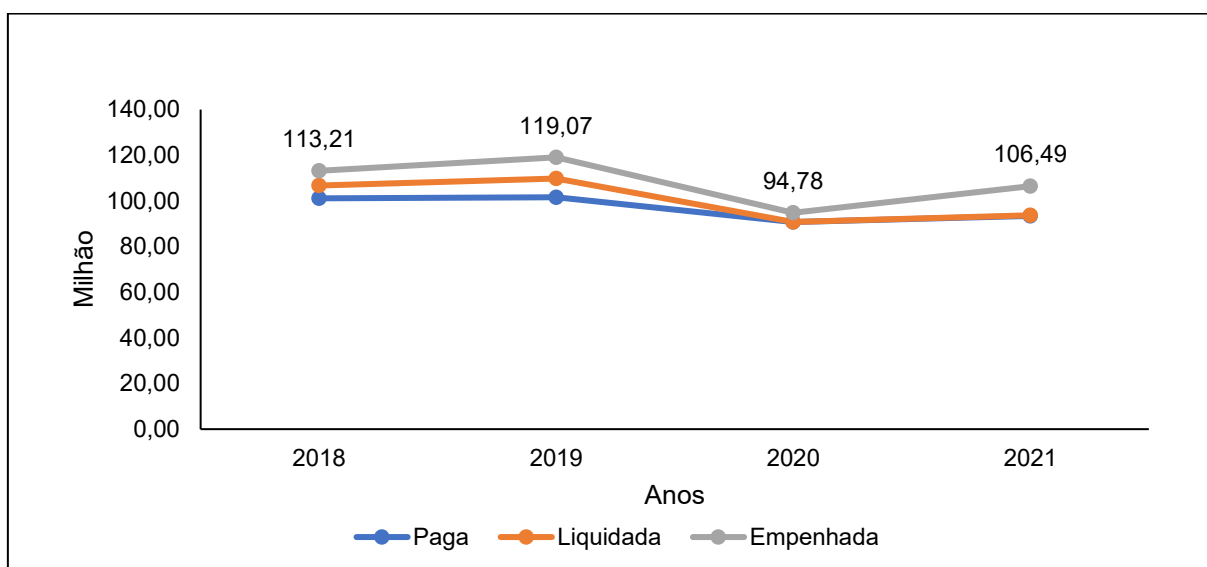


Figura 7: Evolução das despesas em Colombo — 2018 a 2021

Fonte: Tesouro Nacional (2024)

Em Curitiba, diminuíram-se os gastos entre 2018 e 2021. Entre 2020 e 2021, houve um pequeno aumento desses gastos, mas ainda sim bem abaixo das despesas de 2018 e 2019 (Figura 8).

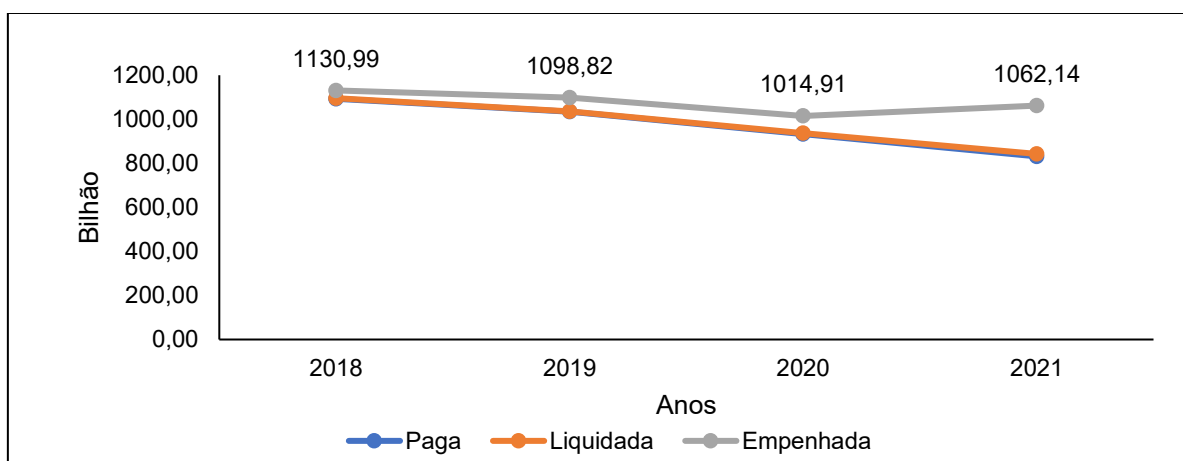


Figura 8: Evolução das despesas em Curitiba — 2018 a 2021

Fonte: Tesouro Nacional (2024)

Nesse município, em 2018, foram registradas 90.871 matrículas, com a presença de 6.097 docentes em 185 escolas, e um total de 10.085 funcionários. No ano seguinte, em 2019, as matrículas totalizaram 88.352, com 6.146 docentes e a manutenção de 185 escolas. Em 2020, o número de matrículas atingiu 87.075, acompanhado por 5.853 docentes e permanecendo com 185 escolas. Já em 2021, foram registradas 78.979 matrículas, com 5.561 docentes e a permanência de 185 escolas. (INEP, 2023).

Em Araucária, houve uma redução das despesas durante o período de estudo. Isso possivelmente devido à redução do número de matrículas e docentes. Em 2018, foram registradas 12.922 matrículas, com a presença de 859 docentes distribuídos em 34 escolas, e um total de 1.547 funcionários. No ano seguinte, em 2019, as matrículas totalizaram 12.026, com 727 docentes e a manutenção de 34 escolas. Em 2020, o número de matrículas atingiu 11.213, acompanhado por 685 docentes e a adição de uma escola, totalizando 35. Já em 2021, foram registradas 10.349 matrículas, com 737 docentes e a permanência de 34 escolas. (INEP, 2023).

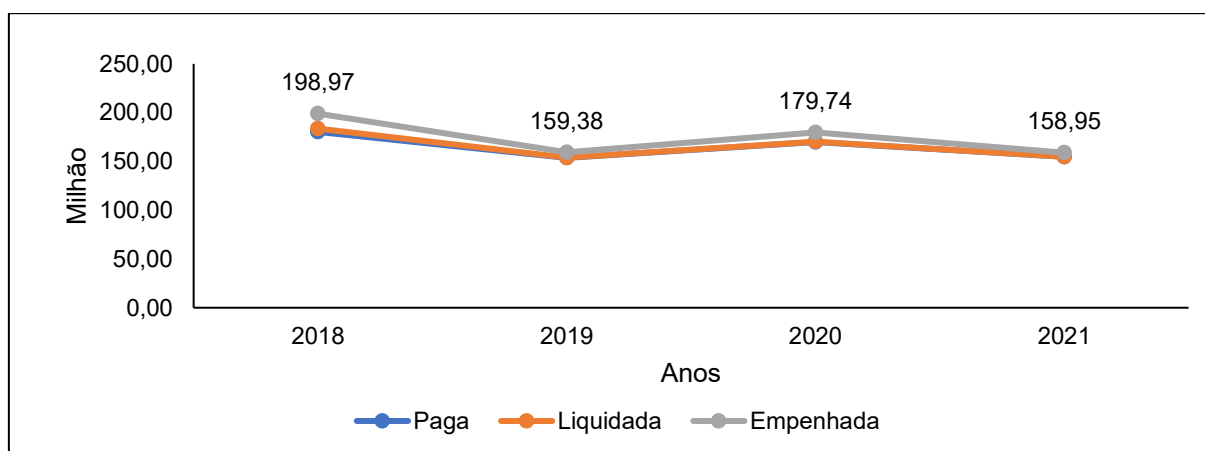


Figura 9: Evolução das despesas em Araucária — 2018 a 2021

Fonte: Tesouro Nacional (2024)

Em contrapartida, em Foz do Iguaçu, ocorreu uma redução nas despesas com educação de 2018 a 2021. No entanto, ao comparar os anos de 2020 e 2021, registrou-se um aumento que não superou os gastos dos dois anos anteriores.

Nessa cidade, em 2018, registrou-se 17.868 matrículas, com a presença de 857 docentes distribuídos em 51 escolas, e um total de 1.786 funcionários. No ano seguinte, em 2019, as matrículas totalizaram 17.587, com 890 docentes e a redução para 50 escolas. Em 2020, o número de matrículas atingiu 17.780, acompanhado por

918 docentes e a manutenção de 50 escolas. Já em 2021, foram registradas 16.116 matrículas, com 934 docentes e a permanência de 50 escolas. (INEP, 2023).

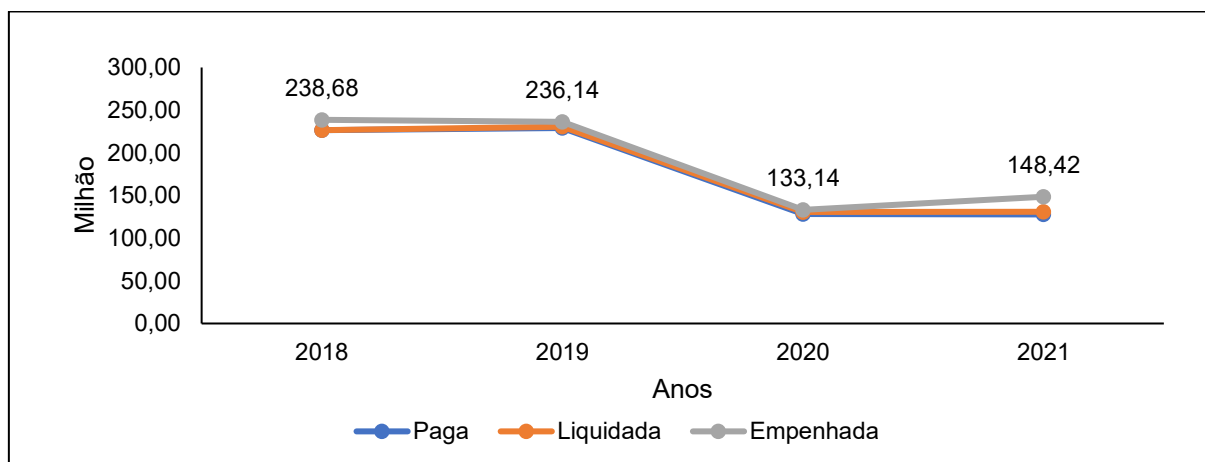


Figura 10: Evolução das despesas em Foz do Iguaçu — 2018 a 2021

Fonte: Tesouro Nacional (2024)

Durante o período da pandemia de Covid-19, Araucária experimentou uma redução no investimento em educação fundamental em comparação com todas as outras cidades analisadas.

Nas cidades de Guarapuava, Ponta Grossa, Cascavel, Maringá, São José dos Pinhais houve um aumento nas despesas em educação fundamental.

Por outro lado, nas cidades de Londrina, Colombo, Curitiba, Araucária e Foz do Iguaçu, registrou-se queda das despesas em educação fundamental. Contudo, em 2020 e 2021, período da pandemia da Covid 19, as cidades de Guarapuava, Londrina, Colombo, Ponta Grossa, Cascavel, Curitiba, Maringá, São José dos Pinhais e Foz do Iguaçu tiveram um aumento nas despesas para com a educação fundamental.

Verificando os gráficos de participações dos gastos em ensino fundamental no total das despesas nos 10 municípios estudados (Figuras 11 a 20), encontramos dois padrões diferentes: nas cidades de Curitiba, Londrina, Cascavel, São José dos Pinhais, Foz do Iguaçu, Colombo, Guarapuava e Araucária, houve uma diminuição da participação relativa entre 2018 e 2021 das despesas empenhadas. Assim, embora alguns municípios tenham arrecadado mais, os gastos em educação fundamental foram menores.

Em Curitiba, houve redução da participação das despesas empenhadas em educação fundamental no total dos gastos. Reduziu de 12,06% em 2018 para 11,13% no ano de 2021 (Figura 11).

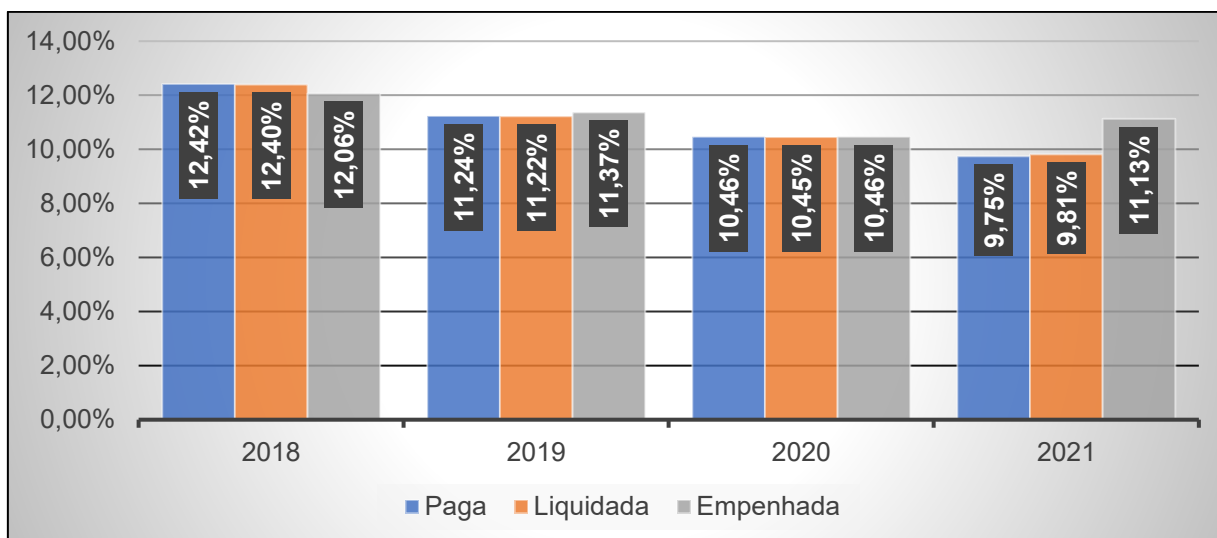


Figura 11: Participação dos gastos em ensino fundamental no total das despesas de Curitiba
 Fonte: Tesouro Nacional (2024)

Em Londrina, houve redução do percentual das despesas empenhadas em educação fundamental no total de gastos. Reduziu de 13,11% em 2018 para 12,13% em 2021 (Figura 12).

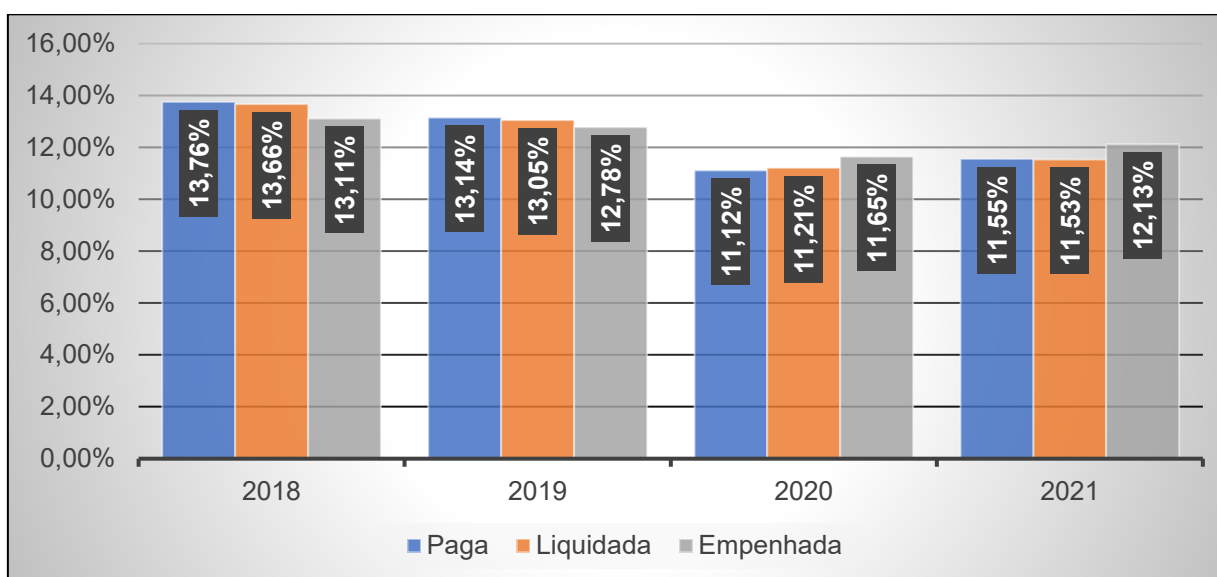


Figura 12: Participação dos gastos em ensino fundamental no total das despesas de Londrina
 Fonte: Tesouro Nacional (2024)

Em Cascavel, houve redução na participação das despesas empenhadas em educação fundamental nos gastos totais. De 16,58% em 2018 reduziu para 16,24% em 2021 (Figura 13).

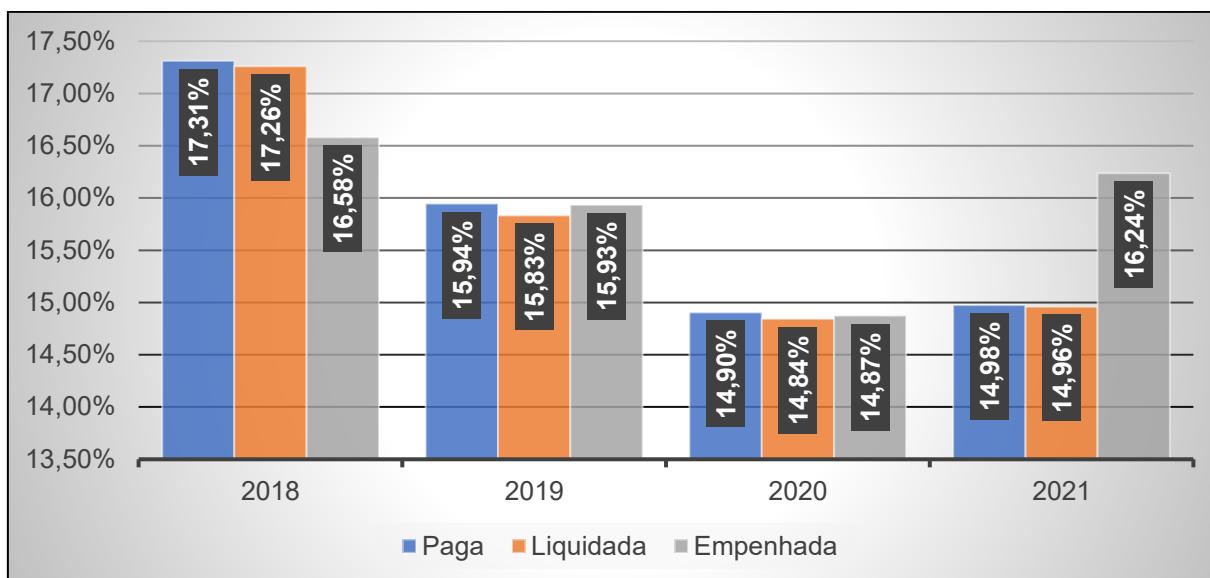


Figura 13: Participação dos gastos em ensino fundamental no total das despesas de Cascavel
Fonte: Tesouro Nacional (2024)

Em São José dos Pinhais, também houve uma redução na participação das despesas empenhadas em educação fundamental nos gastos. De 13,85% em 2018 foi para 12,83% em 2021 (Figura 14).

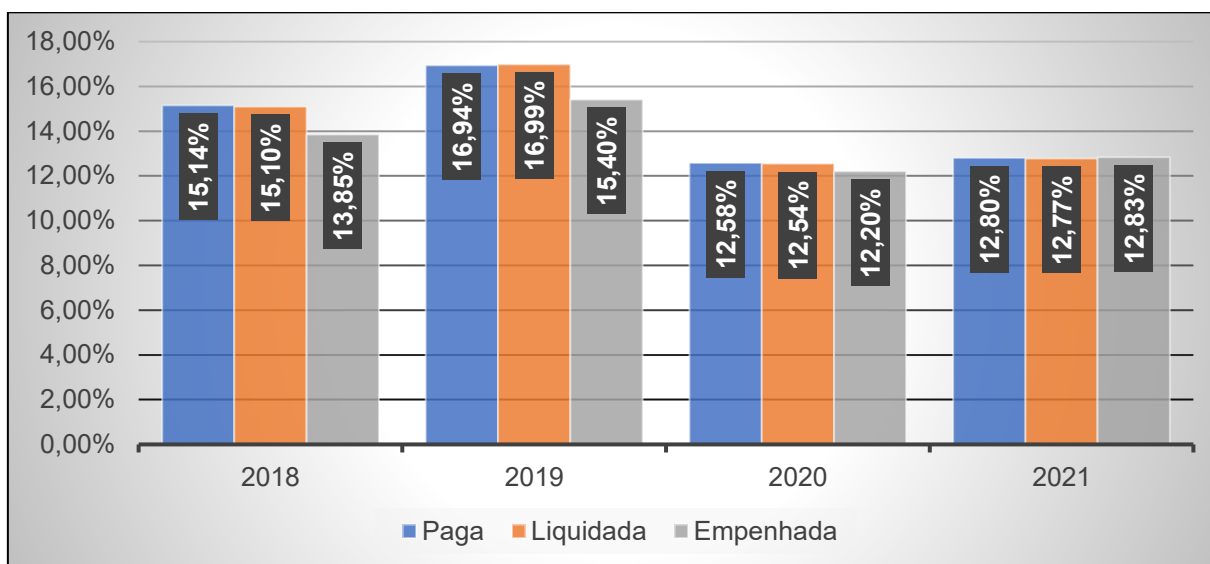


Figura 14: Participação dos gastos em ensino fundamental no total das despesas de São José dos Pinhais
Fonte: Tesouro Nacional (2024)

Em Foz do Iguaçu, houve redução da participação das despesas empenhadas em educação fundamental nos gastos. De 19,34% em 2018 foi para 11,35% em 2021 (Figura 15).

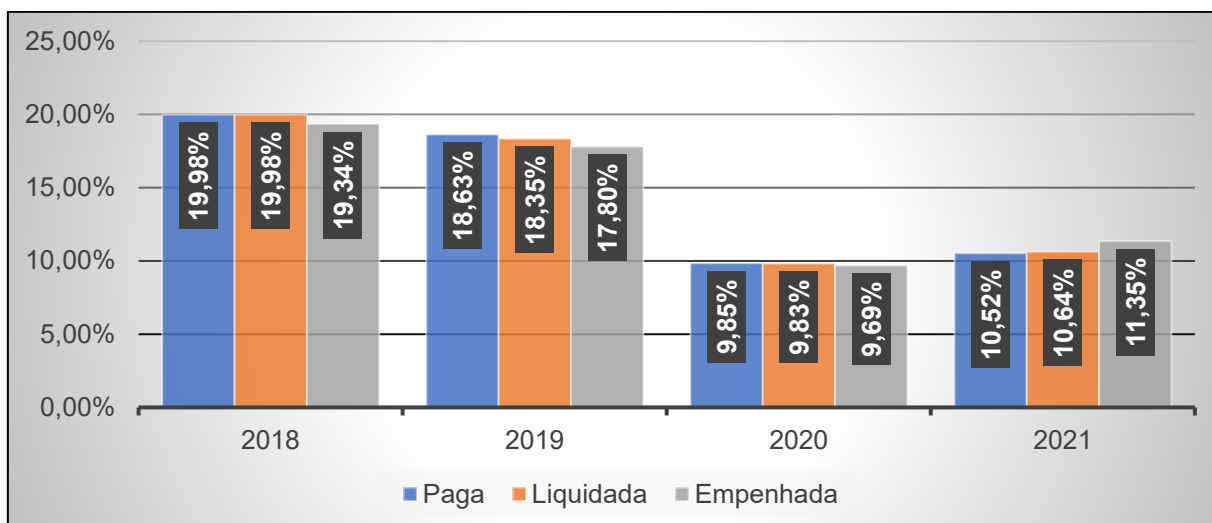


Figura 15: Participação dos gastos em ensino fundamental no total das despesas de Foz do Iguaçu

Fonte: Tesouro Nacional (2024)

Em Colombo, houve redução na participação das despesas empenhadas em educação fundamental nos gastos. De 23,22% em 2018 foi para 20,69% em 2021 (Figura 16).

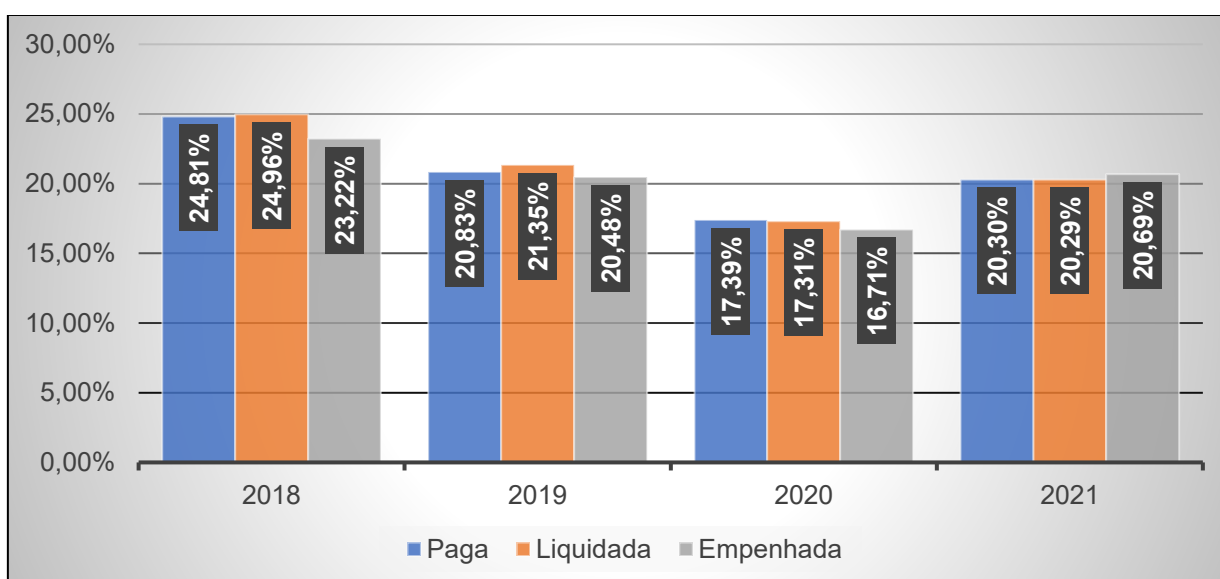


Figura 16: Participação dos gastos em ensino fundamental no total das despesas de Colombo

Fonte: Tesouro Nacional (2024)

Em Guarapuava, houve redução do valor total das despesas empenhadas em educação fundamental, reduzindo de 19,60% em 2018 para 18,10% em 2021 (Figura 17).

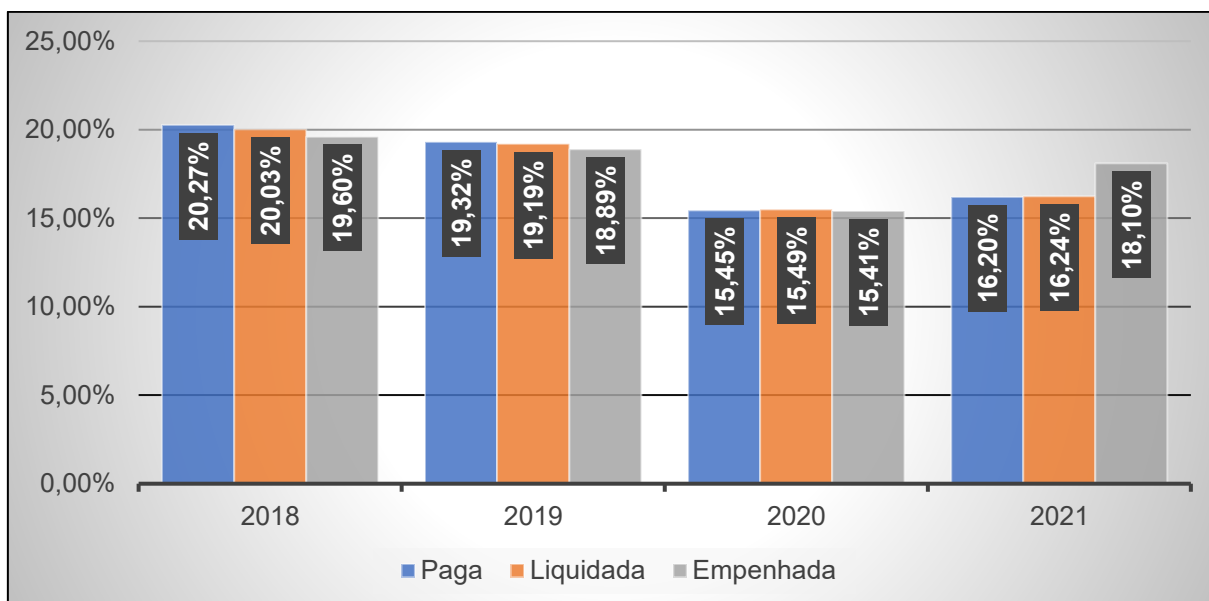


Figura 17: Participação dos gastos em ensino fundamental no total das despesas de Guarapuava

Fonte: Tesouro Nacional (2024)

Em Araucária, houve redução da participação das despesas empenhadas em educação fundamental nos gastos. Desse modo, reduziu de 19,47% em 2018 para 15,70% em 2021 (Figura 18).

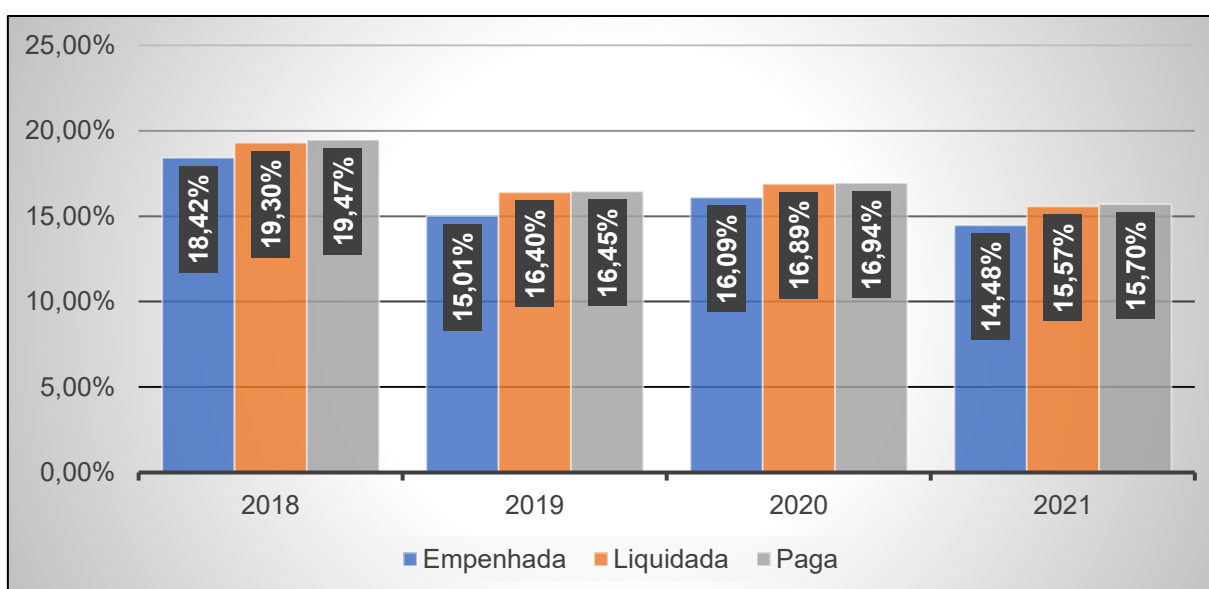


Figura 18: Participação dos gastos em ensino fundamental no total das despesas de Araucária

Fonte: Tesouro Nacional (2024)

Já nas cidades de Maringá e Ponta Grossa percebe-se um padrão diferente, onde houve um aumento da participação relativa do gasto em educação fundamental em relação ao total da participação dos gastos. Em âmbito geral, a educação fundamental acabou perdendo importância, na maioria dos 10 municípios.

Em Maringá, houve aumento da participação relativa do gasto em educação fundamental em relação ao total de gastos. De 7,79% em 2018 subiu para 10,10% em 2021 (Figura 19).

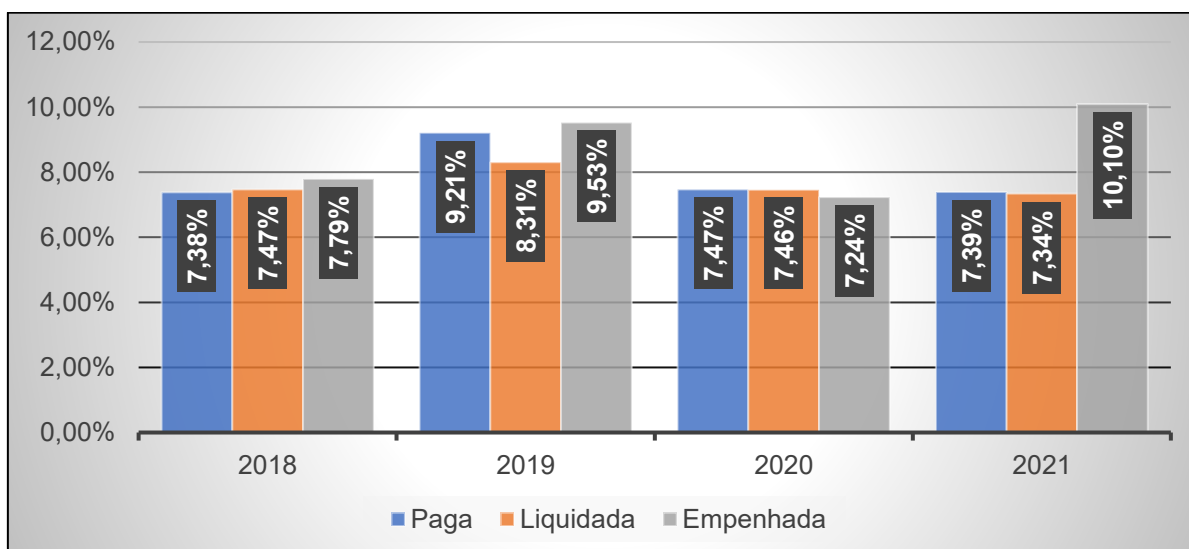


Figura 19: Participação dos gastos em ensino fundamental no total das despesas de Maringá
Fonte: Tesouro Nacional (2024)

Em Ponta Grossa, o aumento foi de 18,50% em 2018 para 20,11% em 2021 (Figura 20).

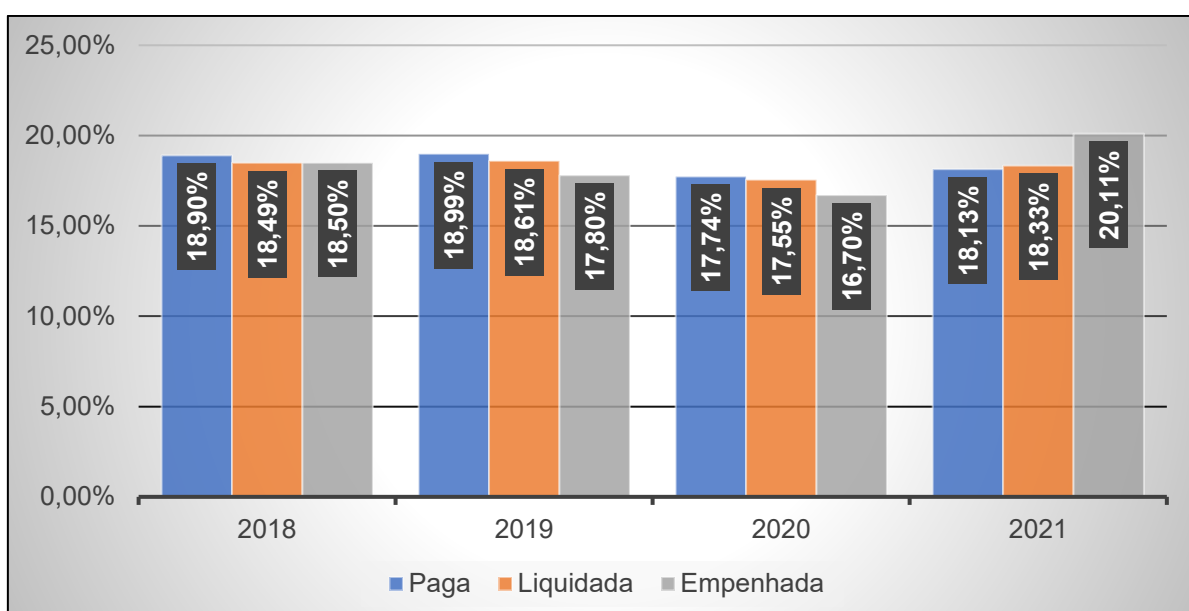


Figura 20: Participação dos gastos em ensino fundamental no total das despesas de Ponta Grossa
Fonte: Tesouro Nacional (2024)

Entre 2020 e 2021, período da pandemia da Covid 19, percebeu-se que nas

idades de Guarapuava, Londrina, Colombo, Ponta Grossa, Cascavel, Curitiba, Maringá, São José dos Pinhais e Foz do Iguaçu houve um aumento da participação relativa do gasto em educação fundamental em relação ao total da participação dos gastos. Somente Araucária (Figura 18) continuou com a diminuição na participação relativa do gasto em educação fundamental em relação ao total da participação dos gastos do município.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, parece ter sido encontrado os padrões de gastos públicos em educação nos 10 maiores municípios do Paraná.

Ao analisar a cidade de Londrina, nota-se uma redução na proporção dos gastos com ensino fundamental em relação às despesas totais. Apesar disso, o aumento no número de professores e matrículas sugere uma possível melhoria na eficiência dos gastos municipais.

Em Maringá, observa-se um aumento nas despesas empenhadas entre 2018 e 2021, possivelmente relacionado a despesas já licitadas e a serem executadas. Isso pode indicar uma maior ênfase nos gastos com educação fundamental em relação ao total das despesas.

Contrastando com Maringá, Guarapuava apresenta um aumento nas despesas empenhadas de 2018 a 2021, mas uma redução na participação desses gastos no total. Além disso, a diminuição no número de matrículas sugere possíveis ineficiências nos gastos com educação no município, especialmente entre 2018 e 2021. No entanto, durante a pandemia (2020 e 2021), observa-se um aumento na importância da educação nas despesas totais.

Em Ponta Grossa, destaca-se o aumento nas despesas empenhadas entre 2018 e 2021, possivelmente ainda a serem executadas. Esse incremento reflete um aumento no número de matrículas e docentes, indicando uma possível relevância crescente da educação fundamental nos gastos totais do município, especialmente em 2021.

Curitiba mostra uma diminuição nas despesas empenhadas, no número de matrículas e docentes, com a participação dos gastos com educação fundamental diminuindo entre 2018 e 2021. Isso sugere uma possível redução na importância atribuída a esses gastos ou ineficiência do município em relação à educação fundamental.

Cascavel revela um aumento nas despesas empenhadas para a educação fundamental entre 2018 e 2021, mas a participação desses gastos no total diminuiu, indicando possíveis mudanças nos indicadores do INEP nos anos seguintes. O aumento em 2021 pode ser relacionado à pandemia.

São José dos Pinhais evidencia uma possível ineficiência nos gastos

municipais com educação fundamental, com diminuição de matrículas e docentes. Apesar do aumento nas despesas empenhadas, a participação no total das despesas diminuiu entre 2018 e 2021.

Em Foz do Iguaçu, há uma diminuição nas despesas em educação fundamental, refletida na redução de matrículas e escolas. Apesar do aumento de docentes, a possível ineficiência dos recursos é sugerida pela diminuição da importância da educação nos gastos totais do município, com uma pequena elevação em 2021 possivelmente associada à pandemia.

Colombo mostra uma aparente eficiência na evolução das despesas municipais, com aumento em matrículas, docentes e escolas, apesar da diminuição nos valores empenhados. No entanto, a participação dos gastos com ensino fundamental no total das despesas diminuiu durante o período analisado, com um aumento pontual em 2020 e 2021 devido à pandemia.

Araucária indica uma possível diminuição da importância dada à educação fundamental, evidenciada pela redução nas despesas empenhadas, no número de matrículas e docentes. A participação desses gastos no total das despesas do município também diminuiu ao longo do período analisado.

Dentre todas as cidades, Ponta Grossa e Maringá tiveram um aumento na evolução das despesas empenhadas e conseqüentemente na participação dos gastos em ensino fundamental do total das despesas das cidades entre 2018 e 2021. As demais cidades relatadas, Curitiba, Londrina, Cascavel, São José dos Pinhais, Foz do Iguaçu, Colombo, Guarapuava e Araucária, aumentaram a evolução de suas despesas empenhadas nesse período, possivelmente em decorrência da pandemia da Covid-19. No entanto, essa hipótese precisa ser investigada.

Além disso, apenas a cidade de Araucária não seguiu esse mesmo padrão, mantendo uma diminuição das despesas empenhadas nesse período.

Houve, portanto, uma possível conclusão: todas as cidades analisadas não seguiram um único padrão de despesas, exceto Ponta Grossa e Maringá que atuaram de maneira semelhante durante o período de 2018 a 2021.

6 REFERÊNCIAS

AGUIAR, Juliana Silva de; SOUZA, Ângela Rozane de. **Análise do Equilíbrio entre as Receitas e as Despesas do Município de Canoas no Período de 2012 a 2014**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2015. 24 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rio Grande do Sul, 2015.

AZEVEDO, Tânia Maris de; ROWELL, Vania Morales. Competências a serem Desenvolvidas ao Longo da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO, 5., 2010, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: CINFE, 2010, p. 1-9.

BARROSO, Rafael Mendes Cunha. Federalismo Fiscal no BRASIL: o impacto das transferências orçamentárias na desconcentração de receitas entre as esferas de governo. **Revista Controle: Doutrinas e artigos**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 78-104, 2013. DOI: 10.32586/rcda.v11i1.258. Disponível em: <https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/258>. Acesso em: 26 out. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990.

BRASIL. **Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Lei n.º 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014.

BRASIL. **Lei n.º 14.113, de 25 de dezembro de 2020**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e Crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula**. São Paulo: Editora 34, 2010.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Financiamento e Gasto Público na Educação Básica no Brasil: 1995-2005. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 857-876, 2007. DOI: 10.1590/S0101-73302007000300011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/M7FngLGn6SmpxMzXMFLfCVq/>. Acesso em: 26 out. 2023.

CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama. Adam Smith e o Surgimento do Discurso

Econômico. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 24, n. 3, p. 433-453, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-35172004-1613>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/TCzJ99bQ6rKCXYzhdcXP8Tw/?lang=pt#>. Acesso em: 10 dez. 2023.

COLOMBAROLI, Lázara Regina de Moraes. **Educação Democrática: concepções e práticas dos gestores do ensino fundamental no município de São Sebastião do Paraíso**. Franca: UNESP, 2023. 196 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Franca, 2017.

COUTO, Leandro F.; RODRIGUES, Júlia M. **Governança Orçamentária no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA; Brasília: CEPAL, 2022. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/cb85288a-ee36-4563-b843-e3079db87fe2/content>. Acesso em: 26 out. 2023.

DAVOK, Delsi Fries. Qualidade em educação. **Avaliação**, Campinas, v. 12, n. 3, p. 505-513, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/TfPxvYmL6vMpKMFnpJnzbTF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2023.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Governo Local e Novas Formas de Provisão e Gestão de Serviços Públicos no Brasil. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 2, n. 4, 1997. DOI: 10.12660/cgpc.v2n4.43830 Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/43830>. Acesso em: 26 out. 2023.

FRANÇA, Marileide Gonçalves. O Financiamento da Educação Especial no Âmbito dos Fundos da Educação Básica: Fundef e Fundeb. **Educar em revista**, Curitiba, n. 58, p. 271-286, 2015. DOI: 10.1590/0104-4060.42415. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/vJhzVBYtFLW8FbnbgTg8qvM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2023.

FRANCO, Creso; ALVES, Fátima; BONAMINO, Alicia. Qualidade do Ensino Fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 989-1014, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/ZqbnNkCG3YtpSs9VGhYzKxn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2023.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. [S. l.]: Editora Intrínseca, 2023.

GATTI, Bernardete A. Análise das Políticas Públicas para Formação Continuada no Brasil, na Última Década. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], v. 13, n. 37, p. 57-70, 2008. DOI: 10.1590/S1413-24782008000100006 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vBFnySRRBJFSNFQ7gthybkH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2023.

HIRATA, Guilherme; MELO, Lucas; OLIVEIRA, João Batista. O Fundeb e a Questão da Equidade. **Revista Brasileira de Economia**, [S. l.], v. 76, n. 2, p. 174-196, 2022. DOI: 10.5935/0034-7140.20220009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbe/a/85pG3GQwFc39m5d5GYXwzmq/>. Acesso em: 26 out.

2023.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). **Censo Escolar**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>. Acesso em: 20 jan. 2024.

IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social). **Home**, 2023. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/>. Acesso em: 26 out. 2023.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Tradução de Manuel Resende. [S. l.]: Editora Saraiva, 2022.

MACHADO, Nelson; HOLANDA, Victor Branco de. Diretrizes e Modelo Conceitual de Custos para o Setor Público a partir da Experiência no Governo Federal do Brasil. **Revista de Administração Pública**, [S. l.], v. 44, n. 4, p. 791-820, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/sYYrhjhyGpwryFBcPP7xjfz/?format=pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MARINS, Simone Cristina Fanhani; MATSUKURA, Thelma Simões. Avaliação de Políticas Públicas: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no Ensino Fundamental das cidades-pólo do Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 15, n. 1, p. 45-64, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/sptXDSKVptZ4GBvpyDGXhYf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2023.

MELLO, Guiomar Namó de. Políticas Públicas de Educação. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 5, n. 13, p. 7-47, 1991. DOI: 10.1590/S0103-40141991000300002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/qMvZdTG5VK7NFPybfMcc77w/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2023.

MELLO, Liliâne Ribeiro de; BERTAGNA, R. H. Apontamentos Iniciais sobre a Qualidade Educacional: resultados do IDEB e fatores socioeconômicos. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 1132-1148, 2016. DOI: <https://dx.doi.org/10.21723/riaee.v11.n3.6168>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6168/5901>. Acesso em: 31 jan. 2023.

MELO, Klístenes Alexandre de Sousa; ANTOVZ, Tatiana. **Orçamento Público: Uma análise geral sobre a sua importância para eficiência no serviço público**. [S. l.]: STF, 2015.

MENEZES-FILHO, Naercio Aquino. A Evolução da Educação no Brasil e seu Impacto no Mercado de Trabalho. **Instituto Futuro Brasil**, [S. l.], v. 43, 2001. Disponível: https://www.feis.unesp.br/Home/DSAA/DSAA/ProjetoGQT-SCM/documentos/educacao/artigo_naercio_educa%E7%E3o%20no%20brasil_trabalho.pdf. Acesso em: 26 out. 2023.

MOUNTIAN, André Gal. O Liberalismo Econômico e a Pobreza: raízes teóricas,

estratégias de redução e limitações. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 23, 2018, [S. l.]. **Anais...**[S. l.]: ENEP, 2018, p. 1-22. Disponível em: <https://www.sep.org.br/anais/Trabalhos%20para%20o%20site/Area%205/81.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

OECD (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). **PISA 2018 Results (Volume V): Effective Policies, Successful Schools**. Paris: PISA, OECD Publishing, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1787/ca768d40-en>. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/education/pisa-2018-results-volume-v_ca768d40-en. Acesso em: 26 out. 2023.

ORAIR, Rodrigo Octávio. **Investimento Público no Brasil: trajetória e relações com o regime fiscal**. Texto para Discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.econstor.eu/handle/10419/146651>. Acesso em: 26 out. 2023.

PENKO, Caio. Desenvolvimento Local: problematizando a perspectiva proposta pela nova economia institucional. **Org & Demo**, Marília, v. 11, n. 1, p. 49-66, 2010. DOI: 10.36311/1519-0110.2010.v11n1.343. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/343>. Acesso em: 26 out. 2023.

PIMENTEL, Géssica dos Santos. **Transparência na Gestão Pública: um estudo sobre a publicação do relatório resumido da execução orçamentária e relatório de gestão fiscal dos municípios de Rondônia à luz da LRF**. Cacoal: UFR, 2015. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Campus de Cacoal, Universidade Federal de Rondônia, Cacoal, 2015.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. Tradução de Carlos Leone. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ROSSIGNOLI, Marisa; ALMEIDA, Patrícia Silva de. Governamentalidade Neoliberal: reflexões sobre o crescimento econômico e o crescimento inclusivo. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, v. 9, n. 3, p. 219-242, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7069280>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SAMPAIO, Gabriela Thomazinho Clementino. **Direito à Educação para Populações Vulneráveis: desigualdades educacionais e o Programa Bolsa Família**. São Paulo: USP, 2017. 200 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação de Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SANTOS, Cristiane da Silva. Equidade e Inclusão Escolar como Termos Recorrentes nas Políticas Educacionais. **Póiesis Pedagógica**, Catalão, v. 11, n. 2, p. 93-113, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/poiesis/article/view/29582/16414>. Acesso em: 26 out. 2023.

SANTOS, Rodolfo Rocha Dos; ROVER, Suliani. Influência da Governança Pública na Eficiência da Alocação dos Recursos Públicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 732–752, 2019. DOI: 10.1590/0034-761220180084. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/hgNrfWjKs9cRxx434YmKNQh>. Acesso em: 26 out. 2023.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOUZA, Fábيا Jaiany Viana de; et al. Alocação de Recursos Públicos em Educação nos Estados Brasileiros: uma análise das relações entre a eficiência dos gastos públicos com educação e o desempenho no IDEB no ano de 2009. 2012. **Revista Uniabeu**, [S. l.], v. 5, n. 11, p. 155-170. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/280444051_Alocacao_de_recursos_publicos_em_educacao_nos_Estados_Brasileiros_uma_analise_das_relacoes_entre_a_eficiencia_dos_gastos_publicos_com_educacao_e_o_desempenho_no_IDEB_no_ano_de_2009. Acesso em: 26 out. 2023.

STIGLITZ, Joseph E. **O preço da Desigualdade**. Lisboa: Bertrand, 2013.

TESOURO NACIONAL. **Estados e Municípios**, 2023. Disponível em:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estados-e-municipios>. Acesso em: 26 out. 2023.

TESOURO NACIONAL. **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro**. 2024. Disponível em:

https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf.

Acesso em: 20 jan. 2024.

THOMAZ, Lurdes; OLIVEIRA, Rita de Cássia. A Educação e a Formação do Cidadão Crítico, Autônomo e Participativo. **Dia-a-dia Educação**, [S. l.], p. 1-25, 2009. Disponível em:

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1709-8.pdf>. Acesso em 26 out. 2023.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. Desenvolvimento Econômico Regional – uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 2, p. 344-369, 2012. DOI:

10.54399/rbgdr.v8i2.679 Disponível em:

<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/679>. Acesso em 26 out. 2023.

ANEXOS

ANEXO 1 – Dados do INEP (2023)

Cidade	Ano	Quantidade de Escolas	Quantidade de Funcionários	Matrículas	Docentes
Araucária	2018	34	1547	12922	859
	2019	34	-	12026	727
	2020	35	-	11213	685
	2021	34	-	10349	737
Cascavel	2018	60	2475	18727	936
	2019	60	-	18992	968
	2020	60	-	19282	1109
	2021	62	-	18761	1111
Colombo	2018	42	1424	16007	844
	2019	43	-	15929	859
	2020	43	-	16050	890
	2021	43	-	16202	869
Curitiba	2018	185	10085	90871	6097
	2019	185	-	88352	6146
	2020	185	-	87075	5853
	2021	185	-	78979	5561
Foz do Iguaçu	2018	51	1786	17868	857
	2019	50	-	17587	890
	2020	50	-	17780	918
	2021	50	-	16116	934
Guarapuava	2018	44	1398	11914	626
	2019	44	-	10434	598
	2020	44	-	10637	592
	2021	44	-	10794	609
Londrina	2018	87	3540	26869	1858
	2019	87	-	27125	1886
	2020	87	-	27370	2101
	2021	87	-	28496	2022
Maringá	2018	51	2915	16452	1309
	2019	51	-	16347	992
	2020	52	-	15799	1136
	2021	52	-	16253	1176
Ponta Grossa	2018	84	2196	20443	1151
	2019	84	-	20596	1192
	2020	85	-	20421	1229
	2021	86	-	20975	1178
S. José dos Pinhais	2018	59	2116	21522	1096
	2019	59	-	21124	1059
	2020	59	-	21565	1069
	2021	59	-	20906	1086

Nota: - Quantidade não informada